

**UNESP- UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”**

ROBERTA SILVA MOREIRA

**Ressignificando a Sala de Leitura: Acesso, Inclusão e Equidade no Ensino
da Leitura**

**PRESIDENTE PRUDENTE / SP
2025**

ROBERTA SILVA MOREIRA

**Ressignificando a Sala de Leitura: Acesso, Inclusão e Equidade no Ensino
da Leitura**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho” Campus de Presidente Prudente, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação, linha de pesquisa: Práticas e processos formativos de educadores para a Educação Inclusiva.

Orientadora: Prof.^a Dra. Elisangela Leal
de Oliveira Mercado

Presidente Prudente/SP
2025

Dissertação

M838r	Moreira, Roberta Silva Ressignificando a Sala de Leitura: Acesso, Inclusão e Equidade no Ensino da Leitura / Roberta Silva Moreira. -- , 2025 85 p. : tabs., fotos + 1 CD-ROM Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências Farmacêuticas, Araraquara, Orientadora: Prof.^a Dra. Elisangela Leal de Oliveira Mercado 1. Inclusão escolar. 2. Sala de Leitura Acessível. 3. Leitura Crítica. 4. Acessibilidade Pedagógica. 5. Tecnologia Assistiva. I. Título.
-------	--

ROBERTA SILVA MOREIRA

**Ressignificando a Sala de Leitura: Acesso, Inclusão e Equidade no Ensino
da Leitura**

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Elisangela Leal de Oliveira Mercado
(orientadora) IES de vínculo: UFAL

Profa. Dra. Cicera Aparecida Lima Malheiro IES de
vínculo: UNESP

Profa. Dra. Enicéia Gonçalves Mendes
IES de vínculo: UFSCAR

Suplentes

Katia de Abreu Fonseca IES de vínculo: UNESP

Profa. Dra. Maria Dolores Fortes Alves IES de
vínculo: UFAL

Data da aprovação
21 de fevereiro de
2025

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE ROBERTA SILVA MOREIRA, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA, DA FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA - CÂMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE.

Aos 21 dias do mês de fevereiro do ano de 2025, às 19h, por meio de Videoconferência, realizou-se a defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de ROBERTA SILVA MOREIRA, intitulada **Sala de Leitura Acessível na Formação Humana e no ensino da Leitura em ambiente escolar inclusivo.**

A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Prof. Dr. ELISANGELA LEAL DE OLIVEIRA MERCADO (Orientador(a) - Participação Virtual) do(a) Mestrado Profissional em Educação Inclusiva - PROFEI / Programa de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva - PROFEI/UNESP, Profa. Dra. CICERA APARECIDA LIMA MALHEIRO (Participação Virtual) do(a) Mestrado Profissional em Educação Inclusiva (PROFEI) / Programa de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva - PROFEI/UNESP, Profa. Dra. ENICÉIA GONÇALVES MENDES (Participação Virtual) do(a) Departamento de Psicologia / Universidade Federal de São Carlos. Após a exposição pela mestranda e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, a discente recebeu o conceito final: **APROVADA**.

Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.



Documento assinado digitalmente

ELISANGELA LEAL DE OLIVEIRA MERCADO

Data: 21/02/2025 22:16:0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. ELISANGELA LEAL DE OLIVEIRA MERCADO

Dedico esta dissertação ao meu esposo, Ednei Miranda Tavares, pelo apoio empreendido em todas as etapas do mestrado e por acreditar neste sonho ao meu lado. Ao meu filho, Cauã Moreira Tavares, e ao meu filho, Iago Moreira Tavares, minhas inspirações diárias.

AGRADECIMENTOS

Com sincera dedicação, manifesto minha profunda gratidão a Deus. Sua sabedoria infinita e inspiradora foi a luz que guiou cada etapa desta jornada. Devo a Ele todas as conquistas alcançadas e cada obstáculo superado, reconhecendo Sua presença constante em todos os momentos.

Aos meus amados filhos, Cauã e Iago, e ao meu esposo querido, Ednei, expresso minha imensa gratidão pela compreensão, apoio e amor incondicional ao longo deste percurso. Sem a presença e os estímulos de vocês, esta conquista não seria possível.

Gratidão aos meus pais, Cristina e Francisco, cujo apoio e direcionamento foram essenciais para minha jornada. Eles são minha base sólida, meu porto seguro, e seus exemplos me inspiraram a persistir na busca dos meus objetivos.

À minha orientadora, a Professora Dra. Elisângela Leal de Oliveira Mercado, devo uma enorme gratidão por sua orientação, sabedoria, amizade, carinho e incentivo constante ao longo deste percurso. Seu apoio e respeito foram verdadeiros guias em momentos de incertezas.

Agradeço também a todos os professores do programa PROFEI, cujo conhecimento e experiência compartilhados foram inestimáveis para minha formação. Cada ensinamento recebido contribuiu significativamente para meu desenvolvimento pessoal e profissional, reconhecendo a relevância de cada um. Um agradecimento especial à Professora Cícera Malheiro, cujo apoio e estímulo foram fundamentais para superar os desafios encontrados ao longo do caminho.

Aos colegas de turma, que compartilharam comigo as alegrias e dificuldades desta jornada, meu mais sincero agradecimento.

À SME de Volta Redonda, em especial a Virgínia Helena, subsecretária de Educação, e ao meu chefe de Seção, Alexandre, expresso meus agradecimentos por seu incentivo à pesquisa que contribuiu para a ampliação do campo de estudo e para uma visão renovada sobre a educação pública de qualidade.

A inclusão acontece quando se aprende com as diferenças e não com as igualdades” (PAULO FREIRE, 1998)

RESUMO

MOREIRA, Roberta Silva. Ressignificando a Sala de Leitura: Acesso, Inclusão e Equidade no Ensino da Leitura, 85f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Programa de Pós- Graduação em Educação Inclusiva, 2025.

A presente pesquisa é desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação Inclusiva – PROFEI da Faculdade de Ciências e Tecnologia - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – FCT/UNESP e está inserido na Linha de Pesquisa: Práticas e processos formativos de educadores para a Educação Inclusiva. Nossa sociedade passa por constantes transformações e, nesta direção, a escola vem tentando acompanhar esse movimento na busca de promover uma educação inclusiva que combata as desigualdades sociais e educacionais. Entretanto, a permanente configuração da sala de leitura e a escassez de práticas pedagógicas voltadas à garantia de acessibilidade aos estudantes com deficiência são aspectos observados nas pesquisas em Educação Especial. Este estudo propõe analisar as contribuições de uma Sala de Leitura Acessível na formação humana e leitora de estudantes público-alvo da educação especial (PAEE). Ao compararmos os espaços literários tradicionais e os ambientes educacionais adaptados à inclusão, que aqui denominaremos salas de leitura acessíveis, buscamos evidenciar as diferenças em termos de acessibilidade, proposta pedagógica e alcance formativo. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, investigando suas diferentes experiências, diferentes formas de acessibilidade e suas implicações pedagógicas. Os resultados nos apontam que uma sala de leitura inclusiva, repleta de recursos acessíveis e metodologias diversificadas, bem como estratégias pedagógicas que visam a eliminação das barreiras encontradas no ambiente literário escolar, certamente amplia o engajamento e a aprendizagem dos estudantes e neste estudo demos ênfase à acessibilidade pedagógica, que por sua vez une atividades como a oficina de arte e literatura, a integração da leitura com matemática e o uso de materiais multimodais (jogos, audiolivros, vídeos e painéis interativos) demonstraram um crescimento positivo no desenvolvimento dos estudantes. Nesta Sala de leitura acessível foi possível adotar estratégias interdisciplinares, resgatando conhecimento e eliminando lacunas no desenvolvimento da leitura dos estudantes, estabelecendo ferramentas pedagógicas que fortaleceram a expressão e criatividade dos estudantes. E a pesquisa também identificou desafios, como a escassez de materiais literários que abordassem o espaço literário inclusivo e a também nos revelou a necessidade de formação docente para lidar com acessibilidade na leitura. Como contribuição final, propõe-se um guia prático para auxiliar escolas na adaptação de suas salas de leitura acessíveis, propondo um material viável para a formação docente, garantindo o direito de aprendizagem a todos. Assim, espera-se que com base neste estudo, outros espaços se tornem ambientes dinâmicos e acessíveis, promovendo a inclusão e o pleno exercício da cidadania.

Palavras-chave: Educação Especial. Sala de Leitura. Acessibilidade.

ABSTRACT

MOREIRA, Roberta Silva. Redefining the Reading Room: Access, Inclusion and Equity in Reading Teaching, 75f. Dissertation (Master 's) – São Paulo State University “Júlio de Mesquita Filho”. Postgraduate Program in Inclusive Education, 2025.

This research is developed within the scope of the Postgraduate Program in Inclusive Education – PROFEI of the Faculty of Science and Technology - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – FCT/UNESP and is part of the Research Line: Practices and training processes of educators for Inclusive Education. Our society is going through constant transformations and, in this direction, the school has been trying to follow this movement in the search to promote inclusive education that combats social and educational inequalities. However, the permanent configuration of the reading room and the scarcity of pedagogical practices aimed at ensuring accessibility for students with disabilities are aspects observed in research in Special Education. This study proposes to analyze the contributions of an Accessible Reading Room in the human and reading development of target audience students in special education (PAEE). When comparing traditional literary spaces and educational environments adapted to inclusion, which we will call accessible reading rooms here, we seek to highlight the differences in terms of accessibility, pedagogical proposal and training scope. The research adopts a qualitative approach, investigating their different experiences, different forms of accessibility and their pedagogical implications. The results show us that an inclusive reading room, full of accessible resources and diverse methodologies, as well as pedagogical strategies that aim to eliminate barriers found in the school literary environment, certainly increases student engagement and learning. In this accessible reading room, it was possible to adopt interdisciplinary strategies, rescuing knowledge and eliminating gaps in students' reading development, establishing pedagogical tools that strengthened students' expression and creativity. And the research also identified challenges, such as the scarcity of literary materials that address the inclusive literary space and also revealed to us the need for teacher training to deal with accessibility in reading. As a final contribution, a practical guide is proposed to assist schools in adapting their accessible reading rooms, proposing viable material for teacher training, guaranteeing the right to learning for everyone. Therefore, it is expected that based on this study, other spaces will become dynamic and accessible environments, promoting inclusion and the full exercise of citizenship.

Keywords: Special Education. Reading Room. Accessibility.

LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AEE	Atendimento Educacional Especializado
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAPs	Centros de Apoio Pedagógico para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual
CNE	Conselho Nacional de Educação
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EF	Ensino Fundamental
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96)
Libras	Língua Brasileira de Sinais
MEC	Ministério da Educação MinC Ministério da Cultura
NAAPBs	Núcleos de Apoio Pedagógico e Produção Braille
NBR	Norma Brasileira (abreviação adotada pela ABNT)
ONU	Organização das Nações Unidas
PAEE	Estudantes Público-Alvo da Educação Especial (Pessoas com Deficiência, Altas Habilidades/Superdotação e/ou Transtornos do Espectro Autista).
PNE	Plano Nacional de Educação
PNBE	Programa Nacional Biblioteca da Escola
PNEPEI	Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva
PNBE	Programa Nacional Biblioteca da Escola
PNLD	Plano Nacional do Livro Didático
PNLL	Programa Nacional do Livro e da Leitura
PROLER	Programa Nacional de Incentivo à Leitura
SEB	Secretaria de Educação Básica do Ministério de Educação
SCOPUS	base de dados bibliográfica
TICs	Tecnologias da Informação e comunicação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNESP	Universidade Estadual de São Paulo

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

Figura 1 – Acessibilidade na escola

Figura 2 - Print de pesquisa no site SCOPUS

Figura 3 - Gráfico com palavras resultantes de codificação

Figura 6 - Resultado de codificação automática de temas

Tabela 1 – Ambiente acessível e não acessível

Tabela 2 – Sala de leitura tradicional *versus* sala de leitura acessível

Tabela 3 - Dados do IDEB 2023

SUMÁRIO

Introdução	12
1. Delineamento Metodológico	19
2. Revisão Integrativa da Literatura.....	24
3. Bases da Sala de Leitura na Educação Básica: a importância da leitura no desenvolvimento educacional.....	27
3.1. Políticas públicas de leitura e seus desafios.....	29
3.2. Leitura como direito fundamental.....	35
4. Ressignificando a Sala de Leitura: um espaço essencial para a promoção da emancipação e da cidadania.....	45
5. Dimensões da Acessibilidade: caminhos para a construção de uma Sala de Leitura Acessível	49
6. A Sala de Leitura Acessível como ambiente de formação humana e inclusão.....	59
7. Guia de orientação para implantação de Salas de leitura acessível ...	70
7.1. Estrutura do e-Book.....	74
7.2. O Guia no Formato Visual.....	76
Considerações finais.....	78
Referências.....	80
Glossário.....	81
ANEXO - EVIDÊNCIAS: registro em fotos das práticas de leitura acessíveis	82

APRESENTAÇÃO

Sou professora na Rede Pública de Ensino de Volta Redonda, cidade do interior do Estado do Rio de Janeiro. Ao longo de quase 25 anos de dedicação à educação, encontrei na sala de aula meu verdadeiro propósito. Desde o início da minha carreira, busco constantemente me aprimorar através de cursos e formações, transmitindo valores de estudo e perseverança aos meus filhos. Nutro desde o início da minha carreira um interesse pela educação inclusiva, embora não compreendesse completamente seus contornos. Esse interesse sempre despertou em mim inquietações e necessidades, impulsionando-me a buscar aprimorar meus estudos e é por isso que cheguei até aqui.

Há mais de uma década, assumo a responsabilidade pela Sala de Leitura em uma escola da rede pública de minha cidade. Desde o primeiro momento, senti que havia encontrado meu lugar: um espaço onde poderia atender a todos os estudantes, incentivando o prazer pela leitura e explorando seu potencial como ferramenta de transformação social e reflexão crítica. A leitura, mais do que um hábito, tornou-se para mim um direito inegociável, a ser garantido a cada aluno. Assim, iniciei uma pesquisa voltada à busca de novas perspectivas e estratégias para a evolução das salas de leitura, com o objetivo de torná-las reais e inclusivas. Minha pesquisa não é apenas um projeto acadêmico; é uma missão de vida que abraço com dedicação e paixão. Através desse estudo buscamos alcançar crianças que enfrentam o desafio do analfabetismo e da exclusão educacional, garantindo-lhes oportunidades equitativas de aprendizagem. Acredito firmemente que a educação inclusiva é essencial para a construção de uma sociedade mais justa, em que cada estudante, independentemente de suas origens ou desafios, tenha acesso a uma formação de qualidade.

Minha trajetória na rede pública de ensino de Volta Redonda começou em 2007, e desde então surgiram desafios que constantemente me fazem compensar minha prática pedagógica. Desde o início, percebi que a teoria nem sempre dialogava com a realidade da sala de aula, sobretudo diante da diversidade de ritmos e necessidades de aprendizagem dos estudantes. Isso me levou a buscar estratégias que tornassem o ensino mais acessível e significativo para todos. Desde que assumi a Sala de Leitura da escola, venho desenvolvendo projetos voltados

para estudantes do 1º ao 5º ano do ensino fundamental, com o objetivo de democratizar o acesso à leitura e à literatura. No entanto, ficou evidente ao longo desse trabalho que a dificuldade na leitura era um dos maiores desafios enfrentados pelos estudantes. Essa constatação me levou a refletir sobre a necessidade de transformar a leitura em um dos pilares do aprendizado, garantindo que a Sala de Leitura fosse um espaço realmente inclusivo. Além de ser um ambiente de acesso a livros, ela necessariamente será um local que promove oportunidades equivalentes de aprendizado, permitindo que todos os estudantes, independentemente de suas dificuldades, desenvolvam suas habilidades e construam uma relação mais próxima com os textos.

Ainda assim, as avaliações revelaram um problema persistente: muitos estudantes apresentavam dificuldades severas na leitura, interpretação e compreensão de textos. Além disso, a defasagem no aprendizado era ainda mais acentuada entre estudantes com deficiência e transtornos do neurodesenvolvimento. Diante desse cenário, compreendi que não bastavam boas intenções; Era fundamental adotar estratégias pedagógicas efetivas e intencionais para garantir que a leitura fosse, de fato, um direito acessível a todos.

Com essa compreensão, nasceu o projeto de criação de Salas de Leitura Acessíveis – espaços específicos para promover a inclusão educacional e fortalecer a alfabetização. Embora a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996) enfatiza a educação inclusiva e integral, a implementação de “a leitura sem barreiras” tornou-se urgente diante da exclusão que muitos estudantes ainda vivenciam nos ambientes literários escolares. Como aponta o Ministério da Educação (Brasil, 2006, p. 17), ainda há lacunas significativas na efetivação de espaços realmente acessíveis.

INTRODUÇÃO

O ato de ler vai além da simples decodificação de palavras, sendo uma ferramenta poderosa que concede acesso ao conhecimento, promove a empatia e pode impulsionar mudanças sociais. Ao refletirmos sobre a importância da leitura no contexto dos direitos das pessoas com deficiências, torna-se claro que a acessibilidade à leitura é crucial para a inclusão e participação plena dos estudantes na sociedade. Isso implica não apenas garantir o acesso físico aos materiais, mas também desenvolver habilidades de leitura crítica e análise, capacitando os estudantes a participarem ativamente de debates e contribuírem para o progresso social. Promover o direito à leitura para todos, independente de suas habilidades, é essencial para construir uma sociedade mais inclusiva, justa e democrática, exigindo tanto o acesso a materiais adaptados quanto o apoio ao desenvolvimento de habilidades de leitura crítica.

Um sistema educacional inclusivo depende do respeito, da vivência e da participação na sociedade, muito mais do que do acesso à matrícula ou a permanência sem aprendizagem. É importante que o planejamento dos espaços escolares e o cotidiano da sala de aula supere os obstáculos, desenvolvendo projetos educativos e espaços de aprendizagem adequados, capaz de oferecer condições que assegurem a acessibilidade nas propostas de leitura nas escolas. Para tal, o professor da Sala de Leitura deve ampliar o próprio repertório de saberes pedagógicos, buscando conhecer pesquisas e estudos relacionados à educação inclusiva, diversidade e acessibilidade.

A acessibilidade é um conceito que vai além de, simplesmente, garantir acesso. Ela deve ser vista como uma fonte de oportunidades espaciais, sensoriais, pedagógicas, culturais ou sociais, para a pessoa com deficiência viver de forma digna e autônoma. Considerada componente essencial para criação de ambientes inclusivos, possibilita a participação ativa e a partilha de saberes e experiências, à medida em que promove situações de aprendizagem, desenvolve e forma conexões significativas. É mais do que um requisito técnico, representa um compromisso ético e social com a equidade e respeito às diferenças.

Trata-se de um princípio essencial para a escola inclusiva e deve estar presente em diversos aspectos educacionais, desde os previstos na Lei nº

13.146/2015 (Brasil, 2015) até os elementos que envolvem a prática docente e o contexto educativo. Segundo o Art. 112 da referida lei, a acessibilidade é definida da seguinte forma:

Art. 112. A Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 2º (...)

I - acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (Brasil, 2015, p. 24).

É fundamental reconhecer a importância de que ambientes e práticas destinadas à leitura e escrita, também, sejam regidas por esse princípio. No ambiente escolar, a leitura tem papel fundamental e, muitas vezes, demarcador do lugar do estudante com deficiência na sociedade. Ela é vista como um pilar fundamental para a inclusão social e o desenvolvimento cultural e educacional de uma sociedade. Em muitos países, as políticas públicas não apenas garantem o direito ao acesso ao livro, mas também promovem a bibliodiversidade e o pertencimento social. Nesse contexto, o ato de saber ler vai além de um simples exercício acadêmico; é uma ferramenta essencial para a inclusão, o desenvolvimento do pensamento crítico e a emancipação humana.

É por meio de um ambiente letrado que o estudante com deficiência constrói saberes, amplia os conhecimentos, têm voz, torna-se protagonista, desperta a curiosidade e o imaginário. A leitura ganha força na escola quando os professores compreendem a importância e papel social da Sala de Leitura como espaço que pode despertar a consciência crítica e libertadora, capaz de realizar mudanças sociais.

De acordo com Freire (1989) o ato de ler possibilita a emancipação do homem, indo da condição de mero espectador do mundo à agente ativo e transformador. É a partir dela que o indivíduo se torna sujeito capaz de realizar a leitura da realidade, descobrindo e transformando o meio em que está inserido. É fundamental que os estudantes com deficiência desenvolvam o hábito de ler para ampliar seus saberes, enriquecer suas experiências, despertar a curiosidade e encontrar respostas sobre o mundo ao seu redor, por isso o acervo de livros e

materiais literários presente nas Salas de Leitura das escolas brasileira deveria ser acessível e, os professores que nelas atuam deveriam despertar uma escuta sensível para proporcionar estratégias diversificadas.

Num cenário cujas escolas são regidas por uma por uma visão limitada da inclusão o que reforça o não lugar da pessoa com deficiência no sistema econômico, político, cultural e social, estudantes com deficiência são excluídos, por falta de acessibilidade, das atividades realizadas nas Salas de Leitura. Como aponta Dias (2018) em sua pesquisa sobre as Salas de Leitura em territórios vulneráveis e as diretrizes oficiais às práticas escolares,

Observa-se uma carência significativa de recursos pedagógicos que atendam às necessidades de estudantes com deficiências, dificultando a implementação de salas de leitura acessíveis (p. 78)

A proposta de uma pesquisa voltada para a ressignificação de Salas de Leitura para Salas de Leitura Acessíveis está baseada na análise de um contexto educacional que apresenta uma crescente no número de estudantes com deficiências matriculados.

Apesar das temáticas sobre a acessibilidade e leitura no âmbito escolar serem, de fato, importantes, é imprescindível a necessidade de compreender a relação efetiva de ambos. Contudo, conforme abordado, tal relação ainda não é adquirida de forma eficaz, sobretudo nos lugares onde a prática de leitura é imprescindível, as salas de leitura.

É cada vez mais necessário e urgente a proposição de pesquisas que provoquem um repensar das Salas de Leitura organizadas nas escolas de Educação Básica, considerando que o direito à acessibilidade é um preceito basilar na promoção de uma educação inclusiva, de qualidade social e equitativa.

O modelo de Sala de Leitura implantado e a expansão da Inclusão Escolar apontam para a necessidade de ressignificação desse espaço nas escolas de Educação Básica, considerando sua importância na formação humana e leitora dos estudantes. Este estudo parte da seguinte problemática: quais são as contribuições da Sala de Leitura Acessível no ensino da leitura para estudantes num ambiente escolar inclusivo?

Para tal, a escola precisa assegurar diferentes tipos de acessibilidades. Podemos começar pela acessibilidade arquitetônica, a qual envolve mudanças no

ambiente escolar, tais como: rampas, elevadores, piso tátil, aumento na largura das portas, maçanetas e banheiros adaptados, entre outros. Todas com o propósito de remover barreiras na infraestrutura para promover acesso e autonomia aos estudantes com deficiência.

De acordo com o Decreto nº 5.296/2004, as barreiras à acessibilidade podem ser classificadas em diversas categorias, tais como barreiras urbanísticas, arquitetônicas, nos transportes, nas comunicações e, especialmente, as barreiras atitudinais, que muitas vezes estão presentes no ambiente escolar e dificultam a efetiva inclusão.

A acessibilidade na comunicação e na informação garante que estudantes com deficiência possam ter acesso aos conhecimentos e exerçam a ação e expressão para conquistar o direito de fala e construir suas aprendizagens. Elaboração de planejamentos didáticos e avaliações de aprendizagem pautadas na flexibilização curricular, diversidade de recursos linguísticos, tecnológicos e metodológicos, uso do Braille, comunicação aumentativa alternativa e tecnologia assistiva têm garantido oportunidades equitativas para os estudantes com deficiência.

Outra acessibilidade comumente presente na escola que pode ser incorporada nas Salas de Leitura é a tecnológica. Com a imersão dos estudantes num mundo cada vez mais dominado pelas tecnologias é importante que na escola haja leitores de tela, lupas eletrônicas, softwares educativos e dispositivos assistivos para garantir a inclusão digital desde o início da escolarização, permitindo aos estudantes com deficiência o acesso ao currículo e a participação ativa nas atividades escolares.

A acessibilidade atitudinal, considerada o gargalo da educação inclusiva, deve ser assegurada na escola como um todo, pois passa pela mudança na cultura e no comportamento dos profissionais da educação. Baseada na promoção da cultura do respeito, aceitação e valorização da diversidade, destacado a relevância de uma educação humanizada e acolhedora, ao valorizar as relações humanas, as emoções e as particularidades de cada estudante. Promove o acolhimento, segurança, valorização e apoio ao estudante com deficiência durante sua aprendizagem.

E, como proposta inovadora deste estudo, a acessibilidade pedagógica. Trata-se de uma concepção de acessibilidade com foco no processo de ensino e aprendizagem, baseada na ampliação de possibilidades metodológicas e práticas

pedagógicas. Está na Sala de Leitura, no planejamento docente, nas estratégias didáticas, nos recursos e materiais educativos, a exemplo de audiolivros e livros em Braille, histórias sinalizadas ou em linguagem acessível. A iluminação, ambientação e a redução de ruídos são aspectos que precisam ser observados, corroborando com o pensamento de Malaguzzi (2006) ao defender que o espaço é considerado o terceiro educador.

Partindo do pressuposto de que a Sala de Leitura Acessível une as dimensões de acessibilidade em prol do desenvolvimento da aprendizagem e da habilidade leitora dos estudantes, a medida em que atende a diversidade de público e seu interesse literário. A pesquisa realizada procura compreender as Contribuições da Sala de Leitura Acessível na Formação Humana e no ensino da Leitura em ambiente escolar inclusivo Para tal, busca:

1. Analisar a legislação e a evolução histórica das Salas de Leitura na Educação Básica.
2. Examinar o papel da Sala de Leitura no desenvolvimento da cidadania e inclusão.
3. Investigar as condições de acessibilidade nas Salas de Leitura existentes.
4. Propor diretrizes para a resignificação das Salas de Leitura como espaços acessíveis.
5. Elaborar um guia orientador para a implementação de Salas de Leitura Acessíveis em escolas de Educação Básica.

A fundamentação teórica está baseada nos estudos e pesquisas de Pupo, Melo e Ferrés (2008) sobre a acessibilidade no contexto de inclusão escolar e Freire (1989), que compreende o ato de ler como uma ferramenta de emancipação e justiça social. Dias e Luciene de Fátima (2018) destacam que a inclusão escolar vai além da simples inserção do aluno com deficiência no ambiente escolar, exigindo transformações pedagógicas e estruturais que garantam sua participação ativa no processo de aprendizagem. A articulação entre esses estudos e pesquisas permite entender que a Sala de Leitura desempenha um papel político, educacional, cultural e social na construção de um sistema educacional inclusivo e acolhedor, garantindo a todos os estudantes oportunidades equitativas de aprendizagem e desenvolvimento.

E assim, com base em nossos estudos criaremos um guia orientador

utilizando a proposta metodológica aos professores de Sala de Leitura da Educação Básica, que tem sido organizada com base na pesquisa sobre acessibilidade e inclusão no contexto educacional.

O guia tem como objetivo fornecer diretrizes claras para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas, utilizando recursos como livros em braille, audiolivros e tecnologias assistivas. Ele aborda o levantamento de materiais e estratégias de ensino, explicando como os professores podem implementar esses recursos no cotidiano escolar, promovendo a formação integral dos estudantes com deficiência e ampliando seu acesso à leitura. Também inclui orientações estruturadas com base em uma revisão teórica aprofundada, que abrangeu a história das Salas de Leitura no Brasil e dados sobre o acesso à leitura nas escolas. Essa fundamentação embasa as diretrizes práticas que compõem o material, orientando a implementação de Salas de Leitura Acessíveis.

O desenvolvimento do guia incluiu etapas detalhadas, como planejamento do espaço, curadoria do acervo com livros acessíveis, capacitação docente, uso de tecnologia assistiva e acompanhamento contínuo da eficácia das ações, com o objetivo de garantir uma inclusão efetiva e de qualidade. Como adaptar os espaços de leitura, selecionar materiais acessíveis, elaborar um planejamento acessível e utilizar recursos pedagógicos inclusivos, como audiolivros, livros em Braille, softwares de leitura e outros dispositivos de apoio.

Um aspecto de grande destaque neste guia será a orientação de como transformar as Sala de Leitura existentes em Sala de Leitura Acessível, pois trata-se de um ambiente que precisa ser cuidadosamente equipado e capaz de tornar a acessibilidade uma realidade pedagógica. Esse guia destaca, também, a importância de a formação de professores abordar essa temática, a fim de proporcionar uma educação humanizada e inclusiva.

Ao destacar a importância da Sala de Leitura Acessível como espaço que fomenta a inclusão ao desenvolver a formação humana e leitora, esta pesquisa mostra sua relevância social. Oferece aos professores, gestores e estudiosos da área caminhos para o rompimento com práticas excludentes que aumentam a desigualdade social e educacional dos estudantes com deficiência. Esse novo formato de Sala de Leitura está baseado no pressuposto que todos os estudantes podem utilizar o mesmo ambiente de aprendizagem, sem restrições.

As contribuições da Sala de Leitura Acessível consistem no atendimento ao

direito à acessibilidade e no direito à aprendizagem por meio da formação humanizada e leitora. Nesta visão, uma Sala de Leitura Acessível é um instrumento que não só garante o acesso ao conhecimento, mas também fortalece o pertencimento dos estudantes nos ambientes escolar e social. Ela se configura como um espaço fundamental para a formação de cidadãos mais conscientes, capazes de dialogar com a sociedade plural e diversificada em que vivem.

1. Delineamento Metodológico

O ingresso no Programa de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede Nacional (PROFEI) foi essencial para o início desta pesquisa, proporcionando as bases necessárias para o desenvolvimento do estudo. A participação no programa permitiu uma ampliação significativa da investigação, oferecendo novas perspectivas teóricas e metodológicas que enriqueceram a análise sobre a inclusão educacional e fundamentaram a continuidade do trabalho.

Neste estudo optou-se por uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica, buscando atualizar e aprimorar o conhecimento sobre o tema. Consiste em um processo de investigação voltado para responder uma problemática ou aprofundar conhecimentos sobre o estudo de um fenômeno. Para Bastos e Keller (1995, p. 53) “A pesquisa científica é uma investigação metódica acerca de um determinado assunto com o objetivo de esclarecer aspectos em estudo”, a partir do aprimoramento e atualização do conhecimento científico, através da investigação em obras já publicadas e consideradas relevantes para se conhecer e analisar melhor o fenômeno em estudo.

A escolha pela pesquisa bibliográfica justifica-se por sua capacidade de fornecer uma base teórica sólida, possibilitando uma análise crítica das referências existentes e contribuindo para o desenvolvimento de novas perspectivas sobre a promoção da acessibilidade nas Salas de Leitura escolares.

Ao longo dos anos de trabalho com salas de leitura, foi possível entender que um dos maiores desafios era pensar e executar um ambiente inclusivo. Contudo, durante a realização da pesquisa bibliográfica evidenciamos a escassez de estudos que tratam da possibilidade e da necessidade de reconfiguração da sala de leitura tradicional em um espaço acessível e dinâmico. Então, foi necessário aprofundar conhecimentos sobre a concepção de Sala de Leitura e seu objeto de conhecimento, acrescentando a discussão as pesquisas sobre acessibilidade para pensarmos sobre a proposta de implantação de uma Sala de Leitura Acessível, compreendendo a Sala de Leitura como ambiente vivo e de formação humana e leitora os recursos tecnológicos acessíveis no ambiente escolar devem atender a todos os estudantes, de forma visual e interativa a fim de promover o desenvolvimento cognitivo, cultural e social.

O delineamento desta metodologia de pesquisa foi organizado inicialmente

pela análise dos materiais disponíveis no banco de dados por meio da Revisão Integrativa da Literatura, buscando conhecer os estudos e pesquisas que tratam das condições de acessibilidade nos espaços escolares, com o intuito de promover uma abordagem mais equitativa e adaptada às necessidades de todos os estudantes, dando ênfase aos estudantes com deficiência. Após a procura por literatura referente a temática em estudo, tornou-se importante um progresso para a construção de um referencial teórico único com pesquisas oriundas da linguística e da Educação Especial, pensadas sobre o contexto educacional inclusivo. Dessa forma, a pesquisa bibliográfica investiga de maneira única a viabilidade de uma proposta de sala de leitura acessível no ambiente escolar.

A metodologia também envolveu a discussão sobre o modelo de sala de leitura implantado nas escolas de educação básica brasileiras, inicialmente concebida como um espaço destinado à leitura ganhou um sentido mais acessível, foi entendida como um ambiente de aprendizado mais amplo, que contribuiu para o desenvolvimento dos estudantes, promovendo um espaço de aprendizado igualitário e acessível. A análise sobre a necessidade de diversidade de materiais didáticos preparados para atender as demandas de fortalecimento de leitura na escola foi essencial para tornar o aprendizado mais dinâmico e acessível, estimulando o interesse e a participação dos estudantes. Além disso, o uso de recursos audiovisuais e de apoio visual ajudou a atender às necessidades específicas de cada aluno, tornando o ambiente mais inclusivo e integrado, essas abordagens contribuíram para sustentar e validar a pesquisa.

2. Revisão Integrativa da Literatura

A proposta de realização de uma Revisão Integrativa da Literatura (RSL) surge como fase inicial da pesquisa bibliográfica. Trata-se de uma etapa fundamental para o delineamento da temática por constituir um importante instrumento de pesquisa científica, que reúne e analisa estudos relevantes sobre um tema específico.

O objetivo da RSL foi conhecer e analisar a acessibilidade dos materiais disponíveis para verificar se conseguimos fundamentar e alimentar nossa pesquisa. Durante essa análise, observamos nas leituras encontradas, a presença de temas relevantes, como a diversidade de acervos que contemplam ideais acessíveis. A RSL foi conduzida com base em critérios como a presença de materiais acessíveis, a organização dos espaços e a oferta de recursos pedagógicos voltados para a inclusão.

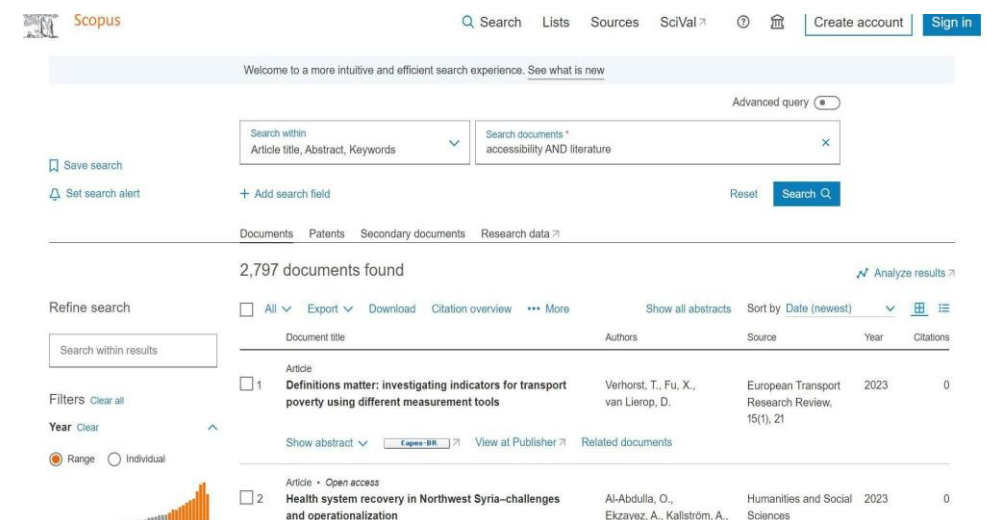
Para Galvão e Pereira (2014) a RSL é constituída das seguintes fases: (1) elaboração da pergunta de pesquisa; (2) busca na literatura; (3) seleção dos artigos; (4) extração dos dados; (5) avaliação da qualidade metodológica; (6) síntese dos dados (metanálise); e (7) avaliação da qualidade das evidências.

A fase 1 como toda investigação científica tem como ponto de partida a problemática, nesse caso, a proposição de salas de leitura acessíveis. A fase 2 tem início com a escolha do Banco de Dados, que no caso foi escolhido o banco de dados da CAPES pela sua abrangência e relevância. Nas fases 3 e 4 na pesquisa ocorreu em plataformas acadêmicas, como a Scopus, revelou a carência de estudos que abordem, de maneira conjunta, a acessibilidade e a literatura nas bibliotecas e Salas de Leitura escolares. A busca por referências históricas foi um trabalho minucioso e estratégico, envolvendo o uso de uma variedade de termos para localizar materiais relevantes. Embora essas etapas tenham sido desafiadoras e questionadas, ela se mostrou essencial para a construção do arcabouço teórico que sustenta esta pesquisa.

A fase 5 Abaixo teve início com a busca de artigos, teses ou dissertações a partir de palavras-chave como: "acessibilidade", "literatura", "bibliotecas escolares", "salas de leitura" e "inclusão educacional", além de operadores booleanos como "AND" e "OR". A estratégia metodológica está baseada em pesquisadores que

utilizam a RSL em seus estudos e por meio dela foi possível refinar os resultados e identificar as lacunas existentes na literatura sobre o tema (Figura 1).

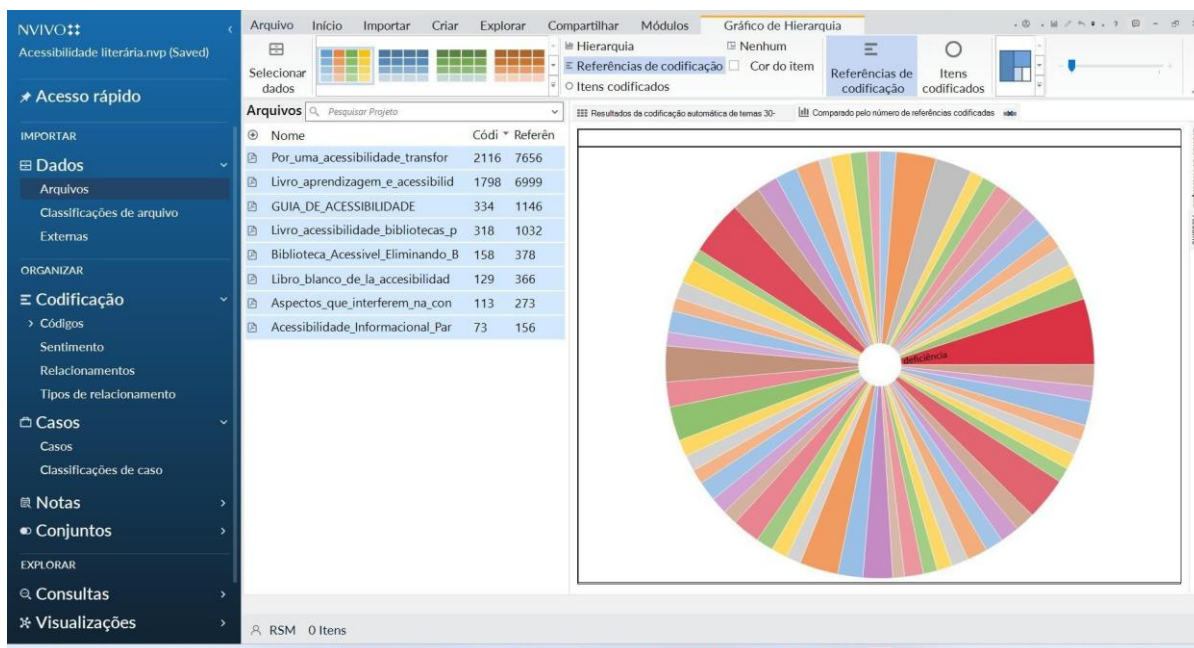
Figura 1 - Print de pesquisa realizada na Scopus



Fonte: autoria própria

Na fase 6 ocorreu a seleção e análise dos materiais foram realizadas com o auxílio do software NVivo, proporcionando uma análise sistemática e categorização dos resultados obtidos. Apesar dos desafios na identificação de materiais relevantes, os resultados reforçaram a importância de explorar a interface entre acessibilidade e literatura no contexto educacional. Além de preencher lacunas existentes, essa pesquisa buscou ampliar o entendimento sobre as complexidades desse campo em constante evolução, visando promover uma maior inclusão e participação dos estudantes no universo literário, contribuindo assim para uma educação mais acessível e igualitária. A Figura 2 apresenta o gráfico que sistematiza os resultados da decodificação, evidenciando a variação nas palavras encontradas. Observe-se que o termo "deficiência" aparece com maior frequência, estando presente na maioria dos materiais analisados.

Figura 2 - Gráfico com palavras resultantes de codificação



Fonte: autoria própria

A análise do gráfico, na fase 7, revela que os dados textuais apresentam uma evidente incidência com frequência de palavras e repetição das palavras-chave de maneira clara e inequívoca. A visualização das frequências e percentagens dessas palavras nos materiais coletados fornece uma perspectiva instantânea de sua relevância e do foco predominante na discussão. E ao observarmos que "acessibilidade" muitas vezes acompanha "inclusão", percebemos uma sinergia entre esses conceitos, onde a criação de um ambiente acessível está intrinsecamente vinculada à promoção da inclusão. Da mesma forma, a relação entre "literatura" e "leitura" pode indicar uma análise mais profunda sobre como a literatura influencia e molda nossos padrões de leitura. A análise da evolução dessas palavras-chave ao longo do tempo oferece uma visão mais abrangente. Ao mapear a frequência com que essas palavras aparecem em diferentes períodos, é possível detectar mudanças de ênfase, identificar tendências emergentes e compreender como as discussões sobre acessibilidade, literatura, leitura e inclusão têm evoluído ao longo dos anos.

Diante do exposto, separamos alguns estudos que nos auxiliaram no desenvolvimento do trabalho, destacamos o material de estudo "A vida", "O balão" e "O pássaro": análise de uma política de formação de leitores na perspectiva inclusiva (Real, 2019) merece destaque por abordar a importância de uma formação de

leitores inclusiva e que considera a condição de deficiência e de aprendizagem dos seus estudantes. Ressalta-se a necessidade de políticas educacionais que, para além de incentivarem a leitura, integrem ações pedagógicas que atendam diferentes realidades, tornando a inclusão parte do processo ensino-aprendizagem. O estudo destaca, sobretudo, a importância de capacitar os professores para que adotem estratégias e recursos pedagógicos adequados, como textos adaptados ou tecnologias assistivas, contribuindo para que todos os estudantes, independentemente da condição que possuem, possam ter acesso a uma formação leitora apropriada.

Outro material encontrado na busca foi o livro acessível a cegos e surdos: as políticas públicas e o mercado editorial (Fulas, 2017) que aborda a importância das políticas públicas voltadas à produção de livros acessíveis para pessoas com deficiência visual e auditiva, além de analisar o papel do mercado editorial nesse contexto. A pesquisa destaca como a legislação e as iniciativas governamentais têm evoluído para garantir o acesso ao livro e à leitura por essas populações, com a introdução de recursos como livros em braille, audiolivros e livros com traduções em Libras.

Durante a RSL foi identificado, também, o estudo “Sala de leitura nas escolas municipais de São Paulo: desafios pedagógicos” foi lido e analisado, destacando-se a relevância das Salas de Leitura como espaços de promoção da leitura e formação integral dos estudantes, apesar dos desafios na implementação e integração com as demais áreas do conhecimento (Silva, 2018), nele encontramos categorias de estudo que articula o planejamento à prática pedagógica e na inclusão.

Também foi analisado o material Funcionamento e organização das salas de leitura da Diretoria de Ensino de Presidente Prudente / São Paulo (SÃO PAULO, 2018), evidenciando a relevância de uma estruturação adequada desses espaços para promover o incentivo à leitura e o desenvolvimento educacional dos estudantes. Embora o documento aborda aspectos organizacionais e pedagógicos das salas de leitura, não foram encontradas menções específicas sobre acessibilidade e inclusão.

Partimos da crítica de que esperávamos encontrar um repertório textual mais amplo que destacasse a literatura inclusiva como um ponto focal para uma

pesquisa de qualidade. Encontramos, sem dúvida, trabalhos valiosos na área, porém, a quantidade foi limitada, considerando a vastidão das bases de dados disponíveis e a relevância da temática. Estamos diante de uma realidade na qual a importância da inclusão e da acessibilidade precisa estar alinhada às diversas vertentes da acessibilidade literária.

A dissertação de Nádia Patrícia Ribeiro investiga como a literatura pode ser valorizada nas escolas e na formação de professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental. A pesquisa propõe o uso do Telegram para compartilhar experiências de incentivo à literatura, identificando desafios na escolarização literária (Ribeiro, 2020). A dissertação não menciona diretamente a acessibilidade e inclusão, mas foca na valorização da literatura para todos os estudantes.

Por fim, a RSL revelou a carência de estudos e pesquisas na área, bem como a necessidade de uma Pesquisa Bibliográfica que aprofunde a temática e subsidie os professores e gestores na implantação de Salas de Leituras Acessíveis.

3. Bases da Sala de Leitura na Educação Básica: a importância da leitura no desenvolvimento educacional

Para tornar-se um leitor, é necessário penetrar no mundo dos textos, tê-los à disposição, formar expectativas e formular hipóteses em que o verbal e o não-verbal colaboram na construção de sentidos. A leitura é, portanto, um processo: o processo de formar o leitor crítico, aquele que tem o direito de indagar, questionar, negar, discordar (Bakhtin, 2000, p. 350).

Quando a leitura é tratada como um pilar crucial para o enriquecimento cultural e educacional de uma sociedade, sendo garantida por legislações e políticas públicas que buscam assegurar a sua importância, encontramos em nosso país a necessidade de evoluções em todos os sentidos. Com as políticas públicas de leitura emergem como ferramentas essenciais, garantindo um sistema educacional inclusivo, pensando, a formação humana e leitora dos estudantes, incluindo os estudantes PAEE (estudante Público alvo da Educação Especial, com deficiência, altas habilidades/superdotação e/ou Transtornos do Espectro Autista). Como a promoção da leitura é fundamental para o desenvolvimento dos cidadãos em diversas áreas de suas vidas, especialmente nos primeiros anos do ensino fundamental. A leitura, portanto, contribui para a formação de habilidades cognitivas e sociais essenciais para o crescimento do aluno" (Souza Pereira, 2020, p. 45).

Investir na construção de hábitos de leitura é essencial para o crescimento cognitivo, emocional e social das crianças. Nesse sentido, as salas de leitura desempenham um papel significativo, oferecendo um ambiente propício para a descoberta, aprendizado e desenvolvimento das habilidades de leitura e busca por informações.

Ao longo dos anos, nosso país tem sido analisado por programas externos que tabulam num ranking a leitura dos nossos estudantes. Desde 2021 o Estudo Internacional de Progresso em Leitura (PIRLS), que tem por objetivo de avaliar as habilidades de leitura de estudantes do quarto ano do Ensino Fundamental I, obtendo respostas sobre a compreensão leitora e coletar informações dos ambientes educacionais, o que pode ajudar os estudantes a desenvolverem sua independência em habilidades de leitura.

O PIRLS, no entanto, nos apontou falhas significativas no trato com a criança "não leitora", considerando dois eixos: a experiência da escrita e a aquisição

e utilização da informação. E, nosso último resultado, revelaram um desempenho insatisfatório do Brasil, ocupando a 52ª posição, atrás de países como Irã, Egito e Jordânia.

O Ministério da Educação (MEC) vem organizando políticas públicas que querem incentivar a leitura na tentativa de popularizar o acesso ao conhecimento. Foi importante conhecer um pouco mais sobre os programas e com base nas observações das literatura ficou visível que ainda precisam repensar e revisar, pois ainda não atendem às necessidades da realidade educacional brasileira.

3.1. Políticas públicas de leitura e seus desafios

Existe, com base na fundamentação, um descompasso entre as políticas públicas e as realidades das escolas em diferentes regiões do país. Silva e Silveira (2022) destacam que, apesar da intenção de universalizar o acesso aos livros didáticos, há disparidades na distribuição e na qualidade dos materiais fornecidos, especialmente em regiões mais afastadas e em escolas com menor infraestrutura.

Entre esses programas, destacam-se dois, considerados na atualidade, muito relevantes e importantes. O Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), que distribui materiais e livros às escolas públicas, e o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), responsável pela criação de acervos de leitura em instituições de ensino. Além disso, a falta de formação continuada para os educadores sobre o uso eficaz desses materiais e a escassez de recursos para complementar o acervo escolar são questões recorrentes que comprometem a eficácia do programa.

Assim, exploramos os caminhos metodológicos que guiarão o estudo sobre a eficácia e o impacto das políticas públicas de leitura no contexto brasileiro. Ao analisamos criticamente os desafios e as oportunidades enfrentados na promoção da leitura, esperamos contribuir para o aprimoramento dessas políticas e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde o acesso à leitura seja verdadeiramente universal e inclusivo. Assis ressalta Silva,

As práticas de leitura escolar não nascem do acaso e nem do autoritarismo ao nível da tarefa, mas sim de uma programação envolvente e devidamente planejada, que incorpore no seu trajeto de execução as necessidades, as inquietações e os desejos dos estudantes leitores. (Silva, 1999, p. 49).

No entanto, no contexto brasileiro, a leitura muitas vezes é vista como uma atividade restrita a poucos, devido à falta de possibilidades de inclusão, seja por limitações sociais ou por barreiras educacionais.

A falta de recursos metodológicos adequados e a infraestrutura com acessibilidade, adicionado a uma oferta de materiais que não atendem às necessidades dos estudantes, contribui para essa exclusão. Como destaca Silva (2015, p. 84), "o acesso à leitura, essencial para o desenvolvimento educacional e social, ainda esbarra em desafios estruturais que limitam a plena participação de muitos estudantes no processo de aprendizagem." Essa percepção contrasta com a visão de que a leitura é um direito fundamental de todos os cidadãos, independentemente de sua origem socioeconômica. É importante priorizar a criação e os cuidados de manutenção de espaços de leitura, como as salas de leitura, dentro das instituições de ensino que visam formar cidadãos críticos, reflexivos e participativos em nossa sociedade, nos baseando na garantia da leitura como acesso à cidadania.

Essa pesquisa destaca o PNBE (Programa Nacional Biblioteca na Escola) no cenário educacional, evidenciando sua abordagem inclusiva e diversificada na seleção das obras. Desde sua criação em 1997, o PNBE teve como objetivo primordial promover o acesso à cultura e estimular a leitura, distribuindo coleções de obras literárias, de pesquisa e de referência de forma abrangente. O programa visou refletir a diversidade cultural do país, incorporando obras que representam a riqueza das diferentes regiões brasileiras. Acredita-se que a apropriação e o domínio do código escrito contribuem significativamente para o desenvolvimento de competências e habilidades importantes para que os estudantes possam transitar com desenvoltura e autonomia em qualquer ambiente.

Em contexto base, foi possível perceber momentos diferentes no PNBE, numa primeira fase entre 1997 e 2004, com linha de pensamento que reforçou o formalismo e a tradição nos títulos escolhidos, já na segunda etapa em 2005, 2006 com vertentes que buscavam uma variedade maior de gêneros textuais: poesias, quadras, parlendas, cantigas, textos de tradição popular, novelas, lendas, fábulas, adivinhas, entre outros.

O processo foi claramente dividido em quatro eixos: a qualidade do texto, a precisão do conteúdo, o design gráfico e a apresentação do trabalho (Brasil, 2005). Esses três primeiros critérios permaneceram os mesmos em todo o PNBE Literário

com algumas alterações até 2014, mas passaram a ser a base dos critérios de seleção. Ainda neste ano, houve a inovação em trazer para o programa, expandindo a diversidade cultural proposta, seleção das obras de literatura do programa previa contemplar a produção de autores indígenas e não indígenas, que:

por meio das artes verbais, divulguem e valorizem a diversidade sociocultural dos povos indígenas brasileiros, bem como suas diversas e amplas contribuições no processo histórico de formação da sociedade nacional. (Brasil, 2015, p.1)

É necessário pensar que a pluralidade cultural reflete não apenas a diversidade de expressões artísticas e literárias, mas também a riqueza de experiências e vivências presentes em nossa sociedade e no livro *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*, Canclini (2003) discute como as culturas se mesclam e como as identidades são formadas a partir de uma combinação de diversas influências culturais,

A pluralidade cultural não é apenas uma soma de expressões artísticas e literárias, mas um campo de interações onde experiências e práticas sociais se constroem e se entrecruzam, gerando novas formas de identidade e convivência (Canclini, 2003, p. 79).

Ao reconhecer e valorizar essa diversidade, o PNBE contribui para a construção de uma educação mais inclusiva e democrática, que reconhece e celebra as múltiplas formas de ser e de expressar-se no contexto brasileiro. Segundo Hall (2016), a estereotipagem é uma forma de fechamento e exclusão, porque fixa limites e fronteiras, nas quais tendem a ocorrer as desigualdades de poder.

Nessa perspectiva, o processo de responsabilidade de avaliar e disponibilizar obras com vertentes indígenas nos trazem claramente anos de exclusão da literatura indígena nas políticas públicas reforçando a ideia de que não existe produção literária indígena, reforçando quem é considerado parte da literatura e quem não é literária, bem como acervos para bibliotecas, sinalizou uma mudança significativa no cenário educacional do país.

A inclusão da "Educação Literária" e da "Leitura" fundamentais como eixos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do ensino fundamental, mostra o reconhecimento da importância da literatura no processo educacional. E, mesmo com as garantias do Ministério da Educação (MEC) de que não haverá descontinuidade das ações do PNBE, que foram absorvidas pelo novo PNLD, pois em 2017, por meio do Decreto nº 9.099, de 18 de julho de 2017, o PNBE foi

agrupado ao PNLD, persistindo dúvidas quanto à efetivação dessas diretrizes e ao impacto real sobre o acesso à literatura nas escolas brasileiras.

Cabendo ainda destacar as muitas dificuldades do PNLD, em que uma das principais inovações é a inclusão de livros digitais interativos que apresentam arquivos de áudio, vídeos, tarefas gamificadas e infográficos. Contudo, embora a introdução da tecnologia nas salas de aula das escolas públicas seja um passo promissor, PNLD literário é um programa que carece de maior atenção. Se, desde a sua implementação em 2017, a última entrega de acervos nos Anos Iniciais foi em 2018, inclusive os acervos escolhidos em 2022, destinado a educação infantil, até a data da última pesquisa no fim de 2024, ainda aguardava sua remessa. Embora o programa tenha sido expandido para oferecer apoio aos estudantes, infelizmente, a realidade mostrou que ele não conseguiu se legitimar ou funcionar de forma eficaz.

Os programas voltados à promoção da leitura desempenham um papel essencial no fortalecimento do repertório literário no Brasil. Em seu estudo, (Silva, 2021) aponta que a distribuição de materiais nem sempre atende às necessidades específicas de todas as escolas, especialmente em regiões mais remotas ou em contextos de vulnerabilidade social. Além disso, (Almeida, 2020) completa discursando sobre a atualização e a adequação dos conteúdos às novas demandas educacionais nem sempre acompanham o ritmo das mudanças curriculares e pedagógicas, embora as pesquisas revelaram uma ampliação significativa dessas iniciativas, sua implementação enfrentou desafios relevantes.

O PNLD literário é um programa que certamente deveria estar em benefício do estudante, uma vez que o mesmo se encontra em processo de aprendizagem. Porém, há indícios de que há lacunas no programa, o que não garante um acesso equitativo, ampliando as desigualdades e limitando a abrangência das perspectivas literárias e pedagógicas para todos os estudantes. O que pôde ser observado no estudo de Nunes, Melo e Silva (2023) ao analisarem os principais programas brasileiros de distribuição de livros entre 2013 e 2023, incluindo o PNLD, foi que embora o programa Literário tenha como objetivo democratizar o acesso à leitura, existem lacunas que comprometem a equidade no acesso aos materiais, ampliando desigualdades e limitando a abrangência das perspectivas literárias e pedagógicas para todos os estudantes.

Para participar do PNLD, as redes de ensino municipal, estadual, distrital e as escolas federais devem formalizar sua adesão, manifestando interesse em

receber os materiais do programa. Os gestores dessas instituições comprometem-se a executar as ações previstas, conforme estabelecido pela legislação aplicável. É importante ressaltar que as redes de ensino e escolas federais que já aderiram ao programa não precisam repetir o processo de adesão, garantindo uma participação contínua e consistente no PNLD.

Ao considerar o incentivo à alfabetização em leitura e informação nas escolas, é importante avaliar o contexto das políticas públicas relevantes para o tema, bem como a infraestrutura existente na unidade de ensino para facilitar esta prática. As ações do Ministério da Educação (MEC) têm como foco educar os estudantes para participarem ativamente da sociedade por meio de ações de formação de leitores. Em nota no Diário Oficial da União, Brasília, em 13 de Julho de 2018, o MEC enfatizou a importância de políticas públicas que promovam o acesso universal ao livro, à leitura, à escrita, à literatura e às bibliotecas, reconhecendo que:

A implantação fica a cargo da União em cooperação com os estados, o Distrito Federal e os municípios e com a participação da sociedade civil e de instituições privadas (Brasil, 2018, p. 12).

Essa abordagem destaca a necessidade de uma ação colaborativa entre diferentes esferas governamentais e a sociedade para garantir que todos os cidadãos tenham acesso às práticas literárias, contribuindo para a formação de leitores críticos e participativos.

E, quando paramos para pensar na qualidade da educação, que é um direito essencial e está completamente ligado à cidadania, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, estabelece que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, podendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, tendo como finalidade o pleno desenvolvimento do estudante, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Sendo assim, a garantia do direito à educação está prevista no Plano Nacional de Educação (PNE), que estabelece as metas que buscam garantir a equidade e a qualidade na educação do nosso país. Visto que, a BNCC em muitos momentos reforça essa perspectiva, ao estabelecer competências que visam formar sujeitos críticos e participativos na sociedade.

E as políticas públicas destinadas ao desenvolvimento e fortalecimento das bibliotecas escolares e das Salas de Leitura, proporcionam um papel muito importante para que se pense na promoção da leitura, da cidadania e no acesso à

informação. Sem dúvidas, buscamos compreender a necessidade de estabelecer estratégias para a inserção e promoção da leitura para os estudantes PAEE, já que estão amparados em legislações que trazem a democratização do direito de aprender, visando a acessibilidade, garantindo a participação plena e efetiva das pessoas com deficiência na sociedade o que aborda desafios emergentes, estímulo a prática da leitura e assim contribuindo para a formação de estudantes e professores como leitores críticos.

3.2 - Leitura como direito fundamental

Uma pesquisa realizada pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), com base nos dados do Censo Escolar de 2022, revelou que apenas 31% das escolas públicas brasileiras possuíam biblioteca ou sala de leitura. A situação se mostrava ainda mais grave ao se considerarem apenas os dados da educação infantil, na qual apenas 18% das unidades apresentavam espaço para consulta e empréstimo de livros. O estudo também indicava que 52% dos estudantes matriculados em escolas públicas estudavam em estabelecimentos sem bibliotecas ou salas de leitura. Nesse contexto, as etapas iniciais da Educação Básica se destacavam negativamente, uma vez que 78% das crianças da educação infantil, correspondendo a quase 5,2 milhões e 51% dos estudantes do ensino fundamental representando mais de 11 milhões, não dispunham de bibliotecas ou salas de leitura no ambiente escolar.

Com base os levantamentos realizados na pesquisa, nos preocupa saber que um percentual muito baixo de instituições escolares têm esses espaços destinado exclusivamente para a leitura, de acordo com o Censo Escolar de 2023, apenas 52% das escolas brasileiras possuíam biblioteca ou sala de leitura, sendo que nas escolas municipais esse índice era ainda menor, com menos de 40% dispondo desses espaços. Essa lacuna reflete uma falha no sistema educacional, que ainda ignora a importância desses espaços para o desenvolvimento educacional e cultural dos estudantes.

Trazemos também a reflexão de que, para garantir a acessibilidade desses espaços de leitura, é essencial compreender as necessidades dos estudantes e adaptar os ambientes conforme a realidade educacional. Nesse sentido, o descumprimento da Lei nº 12.244/2010, que determina a obrigatoriedade de

bibliotecas em todas as instituições de ensino do país até 2020, representa um obstáculo significativo para a efetivação do direito à leitura e à educação de qualidade (Brasil, 2010).

No entanto, simplesmente ter legislações que garanta essa inclusão não é suficiente; pois é crucial assegurar o acesso de todos os estudantes aos recursos educacionais. A incorporação das Salas de Leitura acessíveis nas instituições escolares emerge como um desafio e uma responsabilidade central do sistema educacional brasileiro. Nesta concepção é destacado que o ato de ler deve considerar a existência de possibilidades, de interpretações e sentidos, dando condições aos aspectos fundamentais para o desenvolvimento das competências básicas para a entrada do leitor na cultura letrada. Quando a leitura carrega a possibilidade de realizar uma tradução de sentidos, sentimentos, afetos que atravessam as relações do educando, pode-se destacar como uma das expressões mais ricas e reveladoras da individualidade. Neste espaço a leitura pode ocupar um lugar de subjetivação e de criação de si (Parreiras, 2008).

E a eficácia das políticas públicas de leitura está diretamente ligada à sua implementação e execução de ações concretas, como a integração da leitura no ambiente escolar inclusivo, o fortalecimento das bibliotecas escolares com acervos adequados à diversidade e a articulação de programas e projetos voltados para a promoção da leitura para todos os estudantes, são fundamentais para garantir que essas políticas alcancem seu objetivo de forma efetiva. Compreender os conceitos de leitura e formação de leitores na escola pública, incluindo os estudantes com deficiência, o papel das bibliotecas e Salas de leitura escolares acessíveis e a importância das políticas públicas de leitura acessível como elementos-chave para o desenvolvimento educacional e cultural do país é essencial.

As visões de aprendizagem requerem que o professor pense na dinâmica de aprender com significado, em que o educador saiba o que vai ensinar e, portanto, estimule o aluno a perguntar, a conhecer.

Antes de qualquer tentativa de discussão de técnicas, de materiais, de métodos para uma aula dinâmica assim, é preciso, indispensável mesmo, que o professor se ache “repousado” no saber de que a pedra fundamental é a curiosidade do ser humano. É ela que me faz perguntar, conhecer, atuar, mais perguntar e reconhecer (Freire, 2007, p. 86)

Trazendo reflexões sobre o processo educacional, especialmente considerando que, quando um estudante não é favorecido no processo de ensino e aprendizagem, a disparidade da desigualdade se intensifica, neste estudo buscamos

ênfatizar a leitura como um fator chave na busca de fortalecimento e cidadania. Com base neste contexto, qualquer fator que impeça o estudante de se envolver adequadamente na aquisição do conhecimento torna-se uma barreira à aprendizagem. Por isso, é essencial que os professores que atuam nesses espaços desenvolvam uma escuta sensível e adotem estratégias diversificadas para garantir uma educação inclusiva e equitativa.

Nos últimos anos, a legislação brasileira tem demonstrado um interesse crescente em aprimorar a qualidade da leitura entre os estudantes. Recentemente, em 23 de setembro de 2024, o governo federal lançou o Selo Nacional Compromisso com a Alfabetização, instituído por meio do Decreto nº 12.191, de 20 de setembro de 2024. Além dessa iniciativa, outras ações e avaliações vêm sendo implementadas, contribuindo para a composição do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), cujos resultados são divulgados por escolas, municípios, unidades da federação e redes de ensino públicas e privadas, nas esferas municipal, estadual e federal. Dessa forma, é possível afirmar que diversas leis e políticas públicas refletem o papel essencial desses setores no fomento à alfabetização, na promoção de oportunidades educacionais e na ampliação do acesso à participação na educação.

Estimular a leitura é um recurso necessário que ajudará os cidadãos a melhorarem muitos aspectos importantes de suas vidas, particularmente nos primeiros anos do ensino fundamental. Apoiar a construção de hábitos de leitura é valioso para nutrir o desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças. Nessa perspectiva, a sala de leitura ocupa uma grande parte no fornecimento de um ambiente para explorar, aprender e adquirir habilidades relacionadas à leitura e à busca de informações.

As práticas de leitura escolar não nascem do acaso e nem do autoritarismo ao nível da tarefa, mas sim de uma programação envolvente e devidamente planejada, que incorpore no seu trajeto de execução as necessidades, as inquietações e os desejos dos estudantes leitores (Silva, 1999, p. 49).

Embora, no Brasil haja alguns programas que incentivem a leitura, é importante destacar que ela é muitas vezes vista como uma atividade limitada a um grupo pequeno por causa da falta de boas bibliotecas e das leis do governo que ainda devem se ajustar à realidade diversa dos lugares que fazem nosso País. A leitura é um direito básico de todos os cidadãos, não importa sua origem econômica,

garantido na lei assim sendo, é necessário investir na criação e manutenção de espaços para ler, como salas de leitura nas escolas estaduais e municipais para formar estudantes críticos. Entender a quantidade de escolas públicas de educação básica no Brasil é muito importante para compreender a relevância da luta pelo direito à educação inclusiva e de qualidade social.

Os serviços fornecidos pela biblioteca escolar devem ser concebidos de maneira acessível e democrática.

Os serviços das bibliotecas escolares devem ser oferecidos igualmente a todos os membros da comunidade escolar, a despeito de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua e status profissional e social. Serviços e materiais específicos devem ser disponibilizados a pessoas não aptas ao uso dos materiais comuns da biblioteca (Ifla; Unesco, 1999, p. 2).

A aplicação dessas orientações necessita de organização entre os diversos aspectos que compõem as bibliotecas e salas de leitura, como sua infraestrutura física, política, acervo, equipe e serviços. Somente quando esses espaços estiverem alinhados de forma a pensar em todos os estudantes, será possível garantir o cumprimento eficaz do papel das bibliotecas e salas de leitura dentro da instituição de ensino e a importância da presença de espaços dedicados à leitura nas escolas tem sido cada vez mais destacada no cenário educacional brasileiro, até porque estamos nos referindo a um sistema educacional que considera o desempenho dos estudantes em exames de proficiência. Então, é evidente uma disparidade entre as leis existentes e a realidade enfrentada nas instituições de ensino, o que tem gerado debates frequentes sobre o assunto.

Para trazer essa questão para um debate ainda maior, a Resolução nº 220/2020 do Conselho Federal de Biblioteconomia estabeleceu parâmetros claros para a estrutura e o funcionamento dos espaços de leitura nas escolas. Muitas instituições de ensino não implementaram integralmente essas diretrizes, o que representa um desafio para promover efetivamente a leitura e o acesso à informação. No âmbito do Manifesto para as Bibliotecas Escolares da Federação Internacional de Associações e Instituições de Bibliotecas (IFLA) da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) a finalidade destes espaços deverá abranger uma série de pontos fundamentais .

De acordo com o Manifesto da IFLA e da UNESCO para as bibliotecas escolares, a função da biblioteca escolar deverá englobar os seguintes

pontos: Apoiar e intensificar a consecução dos objetivos educacionais definidos na missão e no currículo da escola; desenvolver e manter nas crianças o hábito e o prazer da leitura e da aprendizagem, bem como o uso dos recursos da biblioteca ao longo da vida; oferecer oportunidades de vivências destinadas à produção e uso da informação voltada ao conhecimento, à compreensão, imaginação e ao entretenimento; apoiar todos os estudantes na aprendizagem e prática de habilidades para avaliar e usar a informação, em suas variadas formas, suportes ou meios, incluindo a sensibilidade para 3 utilizar adequadamente as formas de comunicação com a comunidade onde estão inseridos; prover acesso em nível local, regional, nacional e global aos recursos existentes e às oportunidades que expõem os aprendizes a diversas ideias, experiências e opiniões; organizar atividades que incentivem a tomada de consciência cultural e social, bem como de sensibilidade; trabalhar em conjunto com estudantes, professores, administradores e pais, para o alcance final da missão e objetivos da escola; proclamar o conceito de que a liberdade intelectual e o acesso à informação são pontos fundamentais à formação de cidadania responsável e ao exercício da democracia; promover leitura, recursos e serviços da biblioteca escolar junto à comunidade escolar e ao seu redor (Iflla; Unesco, 1999, p. 2).

É importante notar que há um grande vácuo entre a lei que sugere a existência de lugares para ler e a realidade nas escolas brasileiras que mostram as verdadeiras dificuldades para ter espaços de leitura nas escolas. Esses espaços são importantes para dar aos estudantes chances de aprender fora da sala e melhorar sua formação. A presença de bibliotecas gerais nas escolas públicas, obrigatória desde 2010, não foi totalmente feita nos locais de ensino; isso traz mais à tona essa necessidade como uma prioridade para responder às melhorias na educação.

A agenda ¹2030, e a legislação traz a necessidade de ampliação de espaços de leitura acessíveis no ambiente escolar e prioriza bibliotecas em todas as instituições do nosso país. Destacamos um dos objetivos da Agenda 2030, que visa a necessidade de construir uma sociedade para todas as pessoas, independentemente de suas origens, gênero, condição socioeconômica ou qualquer outra característica, tenham a oportunidade de contribuir e se beneficiar do desenvolvimento sustentável. Além de enfatizar a importância de construir e melhorar as instalações físicas das escolas para promover uma educação de qualidade, destacam a necessidade de intensificar os esforços para garantir que todas as escolas, independentemente de sua natureza ou localização, disponham de espaços de leitura adequados. Isso não apenas contribuirá para promover um ambiente propício ao desenvolvimento integral dos estudantes, mas também estará

¹ A **Agenda 2030** é um plano de ação global adotado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015, que estabelece metas e diretrizes para promover o desenvolvimento sustentável em todo o mundo até o ano de 2030. Esse documento foi aprovado por 193 países, que se comprometeram a enfrentar desafios sociais, econômicos e ambientais.

em consonância com os ideais de educação equitativa e de qualidade propostos pela Agenda 2030.

Levando em consideração a importância da leitura para o pleno desenvolvimento do estudante e a garantia para exercer sua cidadania, Moran (2020) corrobora trazendo a necessidade de estratégias para a promoção da leitura, reconhecendo-a como um elemento transformador na formação dos indivíduos. Ele afirma:

As escolas mais interessantes desenvolvem modelos flexíveis centrados em aprender ativamente com problemas reais, desafios relevantes, jogos, atividades e leituras, valores fundamentais, combinando tempos individuais e tempos coletivos, projetos de vida, aprendizagem-serviço e diferentes tecnologias digitais (Moran, 2020, p. 45).

Essa citação dialoga diretamente com a ideia de que a leitura é um transformador essencial na formação dos indivíduos, pois destaca como as escolas podem integrar práticas de leitura de forma dinâmica e interativa, contribuindo para a formação de estudantes e professores como leitores críticos.

Como não considerar as bibliotecas escolares e salas de leitura como um dos pilares que fortalecem a educação do nosso país, ajudando a aguçar as bases da educação e fomentar a consciência intelectual, a criatividade e a alfabetização geral entre os estudantes. Consequentemente, cabe refletir sobre o investimento e manutenção deste espaço, que não é apenas condizente com os objetivos de desenvolvimento plausível, é um investimento no futuro da educação e da sociedade em geral.

E como aproximar a leitura a todos os estudantes, pensando no nosso país que é de extrema diversidade, cujas necessidades de ampliação de acesso à leitura ainda nos trazem a preocupação de pensar num espaço para a inclusão. Nosso país, com sua grande gama de diversidade, apresenta salas de leitura e bibliotecas não apenas diversificadas em seu regionalismo, mas também em termos de abordagens e programas utilizados para promover a leitura e o acesso aos livros, com olhar acessível, com cuidados pedagógicos.

Outro censo que citamos, é o censo escolar de 2022, trazido em um estudo feito pela Atricon, a presença de bibliotecas nas escolas brasileiras pode variar significativamente. Algumas regiões, como São Paulo e Rio de Janeiro, tiveram algumas implementações de avanços em políticas e programas específicos para

salas de leitura, mas vale ressaltar que estas ainda são bem pequenas devido à grande necessidade de intervenções dentro das unidades escolares. Quando pensamos na diversidade e amplitude do sistema educacional brasileiro nos damos conta das muitas demandas que ainda nos faltam para garantir através de políticas intervenções necessárias para avanços no âmbito da leitura, e ainda, trago como vertente a intenção de espaços literários inclusivos.

As salas de leitura nas escolas desempenham um papel fundamental na formação dos estudantes, pois oferecem um ambiente dedicado ao desenvolvimento do hábito da leitura e ao aprimoramento das habilidades de compreensão e interpretação de textos. Esses espaços vão além do simples armazenamento de livros; são locais de descoberta, criatividade e aprendizado, onde os estudantes podem explorar diferentes gêneros literários, ampliar seu repertório cultural e desenvolver o pensamento crítico.

Quando as salas de leitura promovem a inclusão e a equidade no acesso à informação, garantem que todos os estudantes, tenham a oportunidade de interagir com materiais de qualidade. Isso é especialmente relevante em um país com desigualdades educacionais significativas, onde muitas crianças não possuem acesso a livros em casa.

Tal reflexão nos faz questionamentos sobre o verdadeiro acesso à cultura e ao saber, é essencial estabelecer diretrizes que garantam a organização e o suporte às bibliotecas escolares e salas de leitura, proporcionando estruturas acessíveis e funcionais para os estudantes. Um planejamento adequado desses espaços deve considerar sua disposição, a arquitetura, o mobiliário, o acervo literário e princípios de equidade. O ambiente desempenha um papel fundamental na aprendizagem e na promoção da cultura, contribuindo para o desenvolvimento da leitura, da pesquisa e do pensamento crítico. Diversas normas e políticas governamentais reforçam a importância desses espaços na democratização do conhecimento e no fortalecimento de uma educação mais inclusiva e justa.

A Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), em suas atribuições estabelece que a educação é um direito essencial para todos os cidadãos, pois visa promover o crescimento humano e contribuir para a comunidade. A prática da leitura é fundamental nesse processo, funcionando como uma ferramenta de aprendizado e formação. O propósito de criar Salas de leitura acessíveis em escolas do Ensino Fundamental é proporcionar aos estudantes a chance de adquirir conhecimento e

cultura, um direito que não deve ser limitado por fatores sociais ou organizacionais, assegurando que os estudantes tenham acesso ao conhecimento e à cultura, sendo um direito que não pode ser restringido por condições socioeconômicas ou estruturais. Contudo, a Constituição não especifica a necessidade de profissionais qualificados para atuar nesses ambientes, deixando em aberto a questão do suporte pedagógico apropriado.

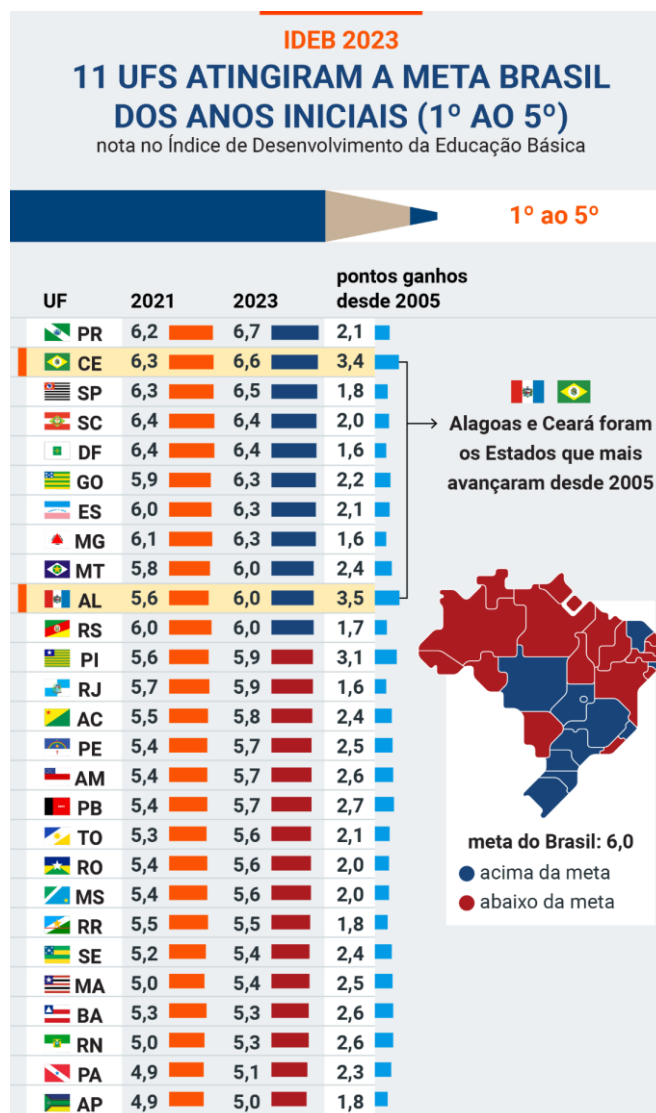
A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996), enfatiza a formação integral dos estudantes, estabelecendo a leitura e a escrita como habilidades essenciais ao desenvolvimento educacional. No entanto, a função específica dos educadores nas salas de leitura, essencial para aprimorar a leitura e criar um ambiente que promova inclusão e estímulo, não está claramente delineada na legislação.

Destacamos que existem lacunas significativas na aplicação das orientações, o que abre espaço para diferentes interpretações por parte da gestão pública, que nem sempre compreende o que é acessibilidade para promover ambientes de aprendizado adequados.

Ler e escrever são habilidades fundamentais para o desenvolvimento dos alunos. No entanto, muitas instituições de ensino ainda não contam com salas de leitura estruturadas e, quando existem, muitas vezes não há profissionais especializados atuando nesses espaços. Mas, e se houvesse? Quais seriam os benefícios em termos de acessibilidade e incentivo à leitura para a população?

Talvez, assim, começássemos a encontrar respostas para os baixos índices do IDEB no Brasil. Importante destacar que em 2023, no ensino fundamental, do primeiro ao quinto ano, a meta era nota 6 e foi atingida na risca um pouco acima da nota registrada na pandemia, o que nos deixa em uma situação vulnerável. A Figura 3 ilustra os dados do último IDEB no Brasil.

Figura 3 – Infográfico do IDEB 2023



Fonte: INEP, 2024

De acordo com a BNCC, a leitura deve ser trabalhada de forma integrada, promovendo a construção de sentido e a ampliação do repertório dos estudantes em diferentes contextos e quando nos deparamos com o contrário, ao não adotar espaços destinados à leitura nas escolas e garantir que esses espaços tenham um professor regente estamos restringindo a inclusão e às possibilidades de fortalecimento pedagógicos, quando em nossas propostas não estabelecemos ações intencionais para atingir os propósitos de dignidade e transformação social não se terá resultado positivo.

Cândido (2004) ressalta que a literatura é um elemento vital não apenas para a expressão artística, mas também como um meio de nos aprimorar enquanto seres humanos.

a literatura expressa uma necessidade universal e um direito dos indivíduos em qualquer sociedade. Ela é fundamental ao processo de humanização que confirma no homem aqueles traços que reputamos essenciais, como o exercício da reflexão, a aquisição do saber, a boa disposição para com o próximo, o afinamento das emoções, a capacidade de penetrar nos problemas da vida, o senso de beleza, a percepção da complexidade do mundo e dos seres, o cultivo do humor (p. 180)

Nessa perspectiva, a literatura transcende sua função meramente estética e se torna um espelho da sociedade, refletindo suas nuances, desafios e aspirações. Ela desempenha um papel crucial na formação da identidade cultural e na consolidação dos valores fundamentais da humanidade.

A atuação de professores dedicados exclusivamente às salas de leitura ainda é um fator que, para nós, representa um diferencial a ser estabelecido e garantido por meio da legislação. Embora a legislação brasileira tenha avançado no reconhecimento da importância desses espaços nas escolas, a ausência de normas mais consistentes compromete a eficácia das políticas educacionais, mesmo quando há professores qualificados para atuar nessas áreas.

Neste percurso, defendemos a obrigatoriedade da implantação de salas de leitura nas instituições de ensino. No entanto, é fundamental destacar que a existência desse espaço, por si só, não é suficiente para estimular e desenvolver plenamente as habilidades leitoras dos estudantes. As salas de leitura, seus materiais, recursos e propostas pedagógicas precisam estar alinhados com princípios de acessibilidade e inclusão.

É cada vez mais evidente que a busca por uma educação equitativa e de qualidade exige um olhar atento às diferenças, além de um compromisso contínuo com a transformação das práticas educativas. Esse ainda é um caminho desafiador, que precisa ser constantemente repensado e fortalecido.

4. Ressignificando a Sala de Leitura: um espaço essencial para a promoção da emancipação e da cidadania

O verbo "incluir" tem gerado muitos questionamentos nos últimos anos. Estamos cada vez mais buscando o espaço pertinente ao desenvolvimento humano, com garantia de contribuições importantes para a formação leitora e humana de todos os estudantes, levando em considerações suas especificidades e necessidades, equiparando condições e permitindo que a aprendizagem aconteça de forma justa. A inclusão educacional é um dos pilares fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa, e a acessibilidade desempenha um papel essencial nesse processo.

Analisar as contribuições da sala de leitura acessível para a inclusão escolar e para a formação leitora e humana dos estudantes Público Alvo da Educação Especial (PAEE) é portanto, pensar o espaço de sala de leitura nas unidades escolares, como espaços de acessibilidade arquitetônica, acessibilidade literária, acessibilidade comunicacional e acessibilidade pedagógica. Iremos mostrar que a sala de leitura acessível é muito mais do que um simples espaço destinado à leitura; ela é um ambiente em que as propostas pedagógicas se destacam e se sobrepõem aos objetivos convencionais, promovendo uma experiência educativa enriquecedora. Trata-se de um espaço fundamental para o desenvolvimento integral dos educandos, garantindo aprendizagem a todos os estudantes, enfatizando seu papel na formação de cidadãos leitores, participantes do processo de aprendizagem e assim dando direitos à cidadania.

Mais do que um local para leitura e estudo, a sala de leitura acessível é resignificada como um ambiente cujo acesso transformador dos educandos estão alinhados à luz de uma cultura letrada, no qual suas contribuições emergem diretamente para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, neste espaço, os direitos são respeitados, atendendo às especificidades dos educandos, dando condições de aprendizagem equiparando as oportunidades.

O hábito da leitura é essencial para a vida profissional e social das pessoas, uma vez que é componente indispensável para o processo de ensino aprendizagem. É por meio da leitura que se abrem novos horizontes e torna-se possível entender e aprofundar conhecimentos sobre o mundo. Azevedo (2012) descreve leitores como pessoas aptas a utilizar textos em benefício próprio.

As obras literárias, assim como materiais alternativos de leitura, precisam permitir o diálogo com o texto e a identificação do leitor com a literatura. Tanto o estudante, quanto o professor estarão em diálogos diretos, construindo entendimentos, formando hipóteses e refletindo sobre questões relevantes.

A possibilidade de dialogar configura um sistema aberto, que não se basta a si mesmo porque necessita do outro (da voz do outro) e da interação para sua estabilidade, que é mantida por uma cadeia casual de estímulo/resposta. A obra é um elo na cadeia da comunicação discursiva; como a réplica do diálogo, está vinculada a outras obras-enunciados: com aquelas às quais responde, e com aquelas que lhe respondem; ao mesmo tempo, à semelhança da réplica do diálogo, ela está separada daquelas pelos limites absolutos da alternância dos sujeitos do discurso. (Bakhtin, 2006, p. 279).

Tanto a obra, quanto o discurso e o diálogo devem estabelecer possibilidades de ligações e relações de comunicação. O diálogo acontece quando a obra faz sentido para os estudantes e eles se sentem acolhidos no processo ensino aprendizagem. A escola tem como função desenvolver habilidades importantes para o crescimento intelectual, físico, emocional, cultural e social dos estudantes, incluindo o conhecimento sobre tecnologias como: o uso de celulares, computadores e softwares. Nesse contexto, é essencial que o ensino e a prática da leitura sejam diversificados e adaptados para atender às necessidades e interesses dos estudantes, promovendo a inclusão, acessibilidade e igualdade de oportunidades.

A inovação nas práticas pedagógicas, como a cultura maker, a aprendizagem baseada em problemas, a gamificação, a robótica e a inteligência artificial, abre novas oportunidades de ampliação de ensino. No entanto, se não fornecermos os recursos adequados, comprometemos a qualidade do aprendizado e a capacidade de atender às necessidades específicas de cada estudante. Essa reflexão nos impulsiona a criar experiências educativas mais inclusivas e eficazes, que considerem as individualidades de cada aluno e promovam um ambiente de aprendizado igualitário.

Muito se discute sobre a qualidade dos materiais ofertados no ambiente educacional. De acordo com Moran (2013, p. 15), "as tecnologias digitais desafiam as instituições a buscar alternativas ao ensino tradicional e a focar na aprendizagem mais participativa e integrada, com momentos presenciais e outros com atividades on-line". Nesse sentido, é de suma importância que o educador conheça as ferramentas adequadas ao processo de estímulo de leitura e que se faça pensando

em estratégias metodológicas / pedagógicas, aplicadas não somente a integrarem as novas tecnologias, mas também assegurem a equidade no acesso, de informação, de formação e na apropriação do conhecimento. Somente assim poderemos considerar que a inovação educacional se torna um instrumento para reduzir desigualdades e fortalecer a inclusão no ambiente escolar.

A literatura desempenha um papel fundamental na vida das pessoas, seja na forma oral, compartilhada, Audiolivros, Leitura de imagens ou ilustrações ou sensoriais, pois quando a leitura acessível é construída nas escolas, estamos avançando em direção a uma verdadeira inclusão. Isso significa que todos os estudantes têm a chance de participar plenamente das atividades de leitura, independentemente de suas habilidades ou diferenças individuais.

São espaços destinados à promoção literária, mas, precisa estar conectada às propostas de acessibilidade literária, uma vez que as propostas de acessibilidade ao campo literário não podem desconsiderar as vantagens que as ferramentas digitais e tecnológicas atribuem à formação literária dos sujeitos.

Nessa perspectiva trataremos a acessibilidade literária com a demanda de livros em diferentes formatos, como ter em acervos materiais destinados à todos os estudantes, incluindo os estudantes PAEE, como audiolivros, livros em braille, livros com fonte ampliada para baixa visão, livros com letras específicas para estudantes disléxicos, livros que contemplem versões simplificadas de obras clássicas, livros com frases curtas, livros ilustrados ou visuais, acervos que contemplem a linguagem acessível, livros que tragam a diversidade cultural e social do nosso país, incluindo temas sobre inclusão e respeito às diferenças e então, livros digitais e e-books, utilizando ferramentas tecnológicas à favor da educação.

Quando a leitura se torna um pilar central na política educacional, a escola se transforma em um espaço democrático que celebra a diversidade. A Sala de leitura acessível busca levar até os estudantes o gosto pela leitura desde os primeiros anos do Ensino Fundamental, pois isso impacta diretamente suas vivências, despertando um interesse pelo mundo que os cerca, o mundo imaginário e as ideias tanto dos leitores quanto dos escritores. É fundamental reconhecer que as salas de leitura acessível devem ser espaços dinâmicos e interativos, onde os estudantes se sintam incentivados a explorar, questionar e aprender por meio da leitura. A constante avaliação e aprimoramento desses ambientes são essenciais para garantir que continuem a ser recursos valiosos para a comunidade educacional do nosso país.

5. Dimensões da Acessibilidade: caminhos para a construção de uma Sala de Leitura Acessível

Para promover uma inclusão autêntica e acessível no ambiente escolar, é crucial levar em conta os obstáculos que ainda existem nesse cenário, particularmente no que se refere ao acesso à leitura e ao processo ensino-aprendizagem.

A Declaração dos Direitos Humanos, adotada pela Organização das Nações Unidas em 1948, traz como ferramenta essencial a inclusão social e a acessibilidade visando a quebra de barreiras ao longo das décadas do século XX e XXI.

A inclusão social tem se consagrado no mundo ocidental, especialmente a partir da década de 1980, como lema impulsionador de importantes movimentos sociais e ações políticas. Na Europa e nos Estados Unidos da América, já nos anos 1970, a inclusão social das pessoas com deficiência figurava entre os direitos sociais básicos expressos em importantes documentos legais e normativos. Gradativamente as sociedades democráticas vêm divulgando, discutindo e defendendo a inclusão como direito de todos em relação aos diversos espaços sociais (Mazzotta; D'Antino, 2011, p.378).

Levando em consideração que a escola é um dos mais importantes espaços sociais, incentivar a inclusão é fundamental para estimular a interação entre indivíduos com e sem deficiência e para que essa inclusão seja eficaz, é necessário reformular as estruturas destes espaços, pensando em reduzir as barreiras e permitindo que mais estudantes consigam se expandir no processo de conhecimento.

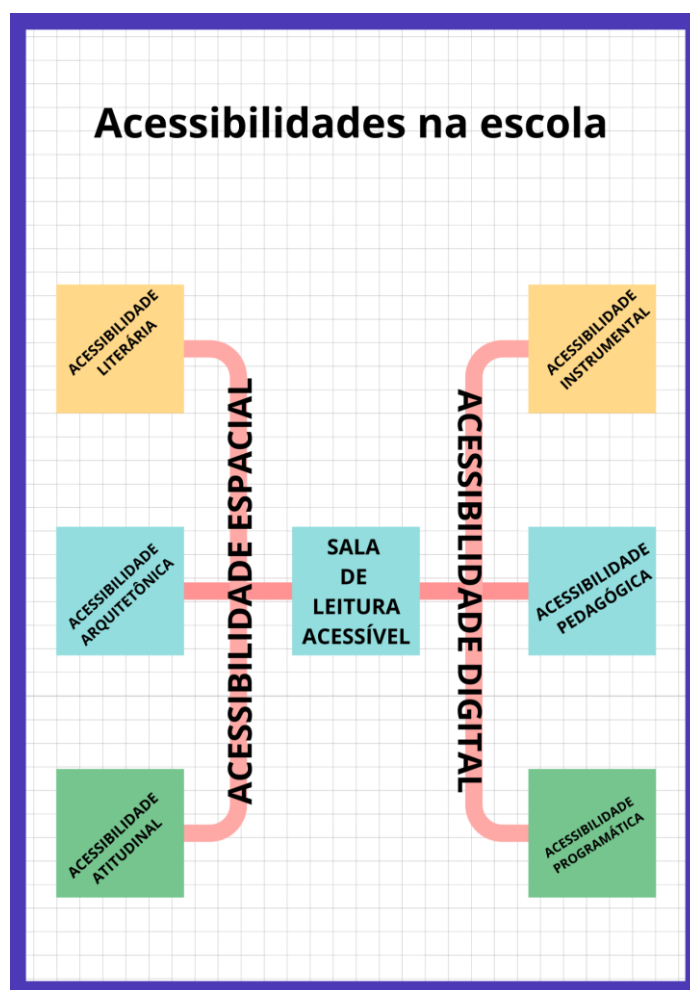
A educação especial vem conquistando espaço e redefinindo conceitos, desde os anos 1990, que tiveram como garantia de direitos às pessoas com deficiências e necessidades educacionais específicas, Porém, sua conclusão de fato, ainda precisa de uma revisão profunda das estruturas educacionais, pensando não apenas sobre a inclusão, mas também a luz de compreender a validade do acesso equitativo a todos os recursos e oportunidades educacionais, rompendo as barreiras encontradas no ambiente escolar.

Para Manzini (2005) o conceito de acessibilidade que destaca as condições relacionadas a: 1) edificações; 2) transporte; 3) equipamentos e mobiliários; e 4) sistemas de comunicações. Tais condições são expressas em várias normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

A legislação atual, fala da obrigação de implementar a acessibilidade e mostra que precisa ser aplicada entre a União, os Estados, os Municípios e a sociedade civil. Isso significa que as instituições de ensino precisam estar alinhadas em colaboração com as entidades governamentais e a comunidade, trazendo não apenas as adaptações físicas, mas também a relevância da capacitação e sensibilização de docentes e administradores escolares acerca das demandas das pessoas com deficiência, fomentando um ambiente de ensino inclusivo.

A barreira física é aquela que atrapalha a mobilidade e o acesso, como por exemplo, as escadas sem rampas, elevadores que não caibam nas cadeiras de rodas, portas pequenas e ou estreitas ou banheiros inadequados sem suporte de segurança e sem acento específico. Todos esses são uns dos muitos obstáculos que chamamos de barreiras arquitetônicas. Elas são tudo que restringem ou limitam a locomoção e acesso de pessoas com deficiência ou mobilidade restrita. Tais obstáculos, como exemplificados, podem impedir os estudantes de se envolverem de maneira garantida nas atividades escolares, impedindo-os de frequentar os locais onde a aprendizagem pode ocorrer. Sem a eliminação de barreiras arquitetônicas, a inclusão no ambiente escolar torna-se um sonho inalcançável (Figura 6).

Figura 6 – Acessibilidade na escola



Fonte: Autoria Própria

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), Lei nº 13.146/2015, é um indício significativo do movimento de inclusão, representando um avanço significativo na luta pelos direitos das pessoas com deficiência no Brasil, especialmente dentro das instituições escolares.

Os pontos-chave relacionados às barreiras arquitetônicas no ambiente escolar são fatores garantidos na legislação que determinam que é responsabilidade do Estado e da sociedade assegurar a acessibilidade em edifícios, locais e meios de transporte. Isso engloba a adequação das instituições de ensino para que todos os estudantes, sem distinção de suas capacidades, possam desfrutar ao máximo do ambiente educacional. As instituições de ensino precisam ser planejadas ou adaptadas de forma compatível com as necessidades de todos os estudantes, garantindo que suas estruturas, práticas e recursos atendam às demandas da diversidade educacional. Isso implica na implementação de rampas, elevadores,

banheiros adaptados e outras alterações que facilitem o acesso e uso das instalações por indivíduos com deficiência.

A existência da Norma Brasileira é de extrema importância, pois fornece diretrizes técnicas que padronizam processos para garantir a acessibilidade em diversos aspectos da vida cotidiana. No entanto, sua mera existência não é suficiente. É crucial que essas normas sejam aplicadas de forma eficaz e coerente. Não basta apenas que elas existam; é necessário que coexistem com práticas que façam sentido dentro da realidade em que são implementadas.

Nesta perspectiva, outra barreira à acessibilidade são as barreiras urbanísticas, nos meios de transporte, na comunicação, tecnológicas e comportamentais ganham destaque, ressaltando a relevância das Normas Brasileiras (NBR) destinadas a fomentar a acessibilidade.

Essas normas técnicas desempenham um papel fundamental na garantia da acessibilidade e podem ser acessadas gratuitamente no site de acessibilidade do Governo Federal. Entre as normas brasileiras relevantes nesse contexto, a NBR 9050 estabelece critérios para a acessibilidade em edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, promovendo a eliminação dessas barreiras e a criação de ambientes mais inclusivos. A NBR 13994 que trata de Elevadores de Passageiros para Transporte de Pessoa com Deficiência permitindo mobilidade nos ambientes da escola.

As dificuldades no transporte podem ser ainda mais intensas. A ausência de rampas em ônibus, terminais e estações dificulta a utilização autônoma do transporte público por pessoas com deficiência e com dificuldades de mobilidade. Além disso, a falta de barras de apoio em escadas e nas plataformas gera complicações. NBR 15570, que trata da acessibilidade no transporte, enfatiza a importância de criar um sistema de transporte que seja inclusivo, garantindo a mobilidade para todos.

A infraestrutura inadequada, é uma das grandes barreiras enfrentadas nas instituições escolares, o que certamente, atinge muitas escolas. Falaremos, portanto, dos espaços destinados à leitura: As Salas de Leitura, que ainda carecem de adaptações físicas viáveis, tais como rampas, mobiliário adaptado e dispositivos de tecnologia assistiva que só possibilitam a participação ativa de estudantes quando atendem a todos, garantindo o acesso e a permanência do aluno no ambiente escolar. Entre tamanhos desafios, um que nos traz a possibilidade de

reflexão é o de acessibilidade nos acervos literários.

As possibilidades de pensar a literatura neste espaço de leitura acessível esbarra em alguns fatores que sem eles, a acessibilidade literária não existe. Trata-se da adaptação e disponibilização do conteúdo da Sala de leitura acessível, contribuindo para que os estudantes em geral possam usufruir desse conteúdo.

Os Audiolivros e Livros digitais são recursos que podem ser lidos por softwares de leitura, como leitores de tela, ou mesmo pelos educadores e outros estudantes, concordando com a acessibilidade pedagógica estabelecida pelo educador. Os livros com fontes ampliadas contribuem como facilitador de leitura para estudantes com baixa visão. Outras adaptações como legendas e materiais na Língua Brasileira de Sinais (Libras), com indicações de Núcleos de Apoio Pedagógico (NAAPBs) e Produção Braille, servem como grandes formatos de repertórios linguísticos que contribuem na redução das barreiras que impedem os estudantes ao seu desenvolvimento como leitor ativo. Garantir que o acervo seja acessível permite que as pessoas, independentemente de suas condições, possam ter acesso ao conteúdo educacional e cultural de maneira autônoma.

Quando a garantia de acessibilidade surge como uma questão crucial neste processo, de acordo com o que é previsto pela Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Ótica da Educação Inclusiva (Brasil, 2008). Sob esta ótica, podemos enfatizar o trecho.

A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as situações históricas (p. 3)

A educação inclusiva é um modelo educacional baseado na noção de direitos humanos, em que igualdade e diversidade são valores inseparáveis. Ela vai além do conceito de igualdade formal ao contextualizar as estatísticas históricas, dando possibilidades de equiparação real dentro do fazer educacional.

Nossa temática, compreende que a relevância da leitura no ambiente escolar cresce quando as instituições reconhecem sua importância como um dos métodos de aquisição de conhecimento em tempo real.

É essencial que os estudantes desenvolvam o gosto pela leitura desde os primeiros anos do Ensino Fundamental, pois isso impacta diretamente suas vivências, despertando um interesse pelo mundo que os cerca, o mundo imaginário

e as ideias tanto dos leitores quanto dos escritores. Por meio da variedade de livros e recursos literários, aliados a estratégias variadas, podemos oferecer um crescimento significativo na formação dos estudantes, possibilitando que eles explorem diversas visões e aprimorem suas experiências educacionais.

Quando falamos na Sala de leitura Acessível, estamos nos referindo a uma série de estratégias planejadas para reduzir as barreiras educacionais que buscam a promoção de um espaço de inclusão real.

A “Sala de leitura Acessível” está sendo defendida como um espaço que vai muito além de um ambiente físico com estantes e livros, ela pode ser tratada como um espaço pensado e planejado para reduzir barreiras que conseqüentemente tem por determinações a promoção de ações pedagógicas intencionais que visam as muitas oportunidades para que a experiência da leitura para todos. Organizamos alguns exemplos adotados na prática do cotidiano escolar da Sala de leitura:

1. Diversificação do Acervo: Aqui estamos propondo a disponibilização de literatura em formatos alternativos, como livros diversificados, materiais de leitura imagéticos, braille, audiolivros e e-Books

2. Recursos Digitais: Neste, precisamos escolher softwares de leitura cabíveis no ambiente escolar para uma determinada faixa etária, a utilização de aplicativos interativos, além de incorporar nas estratégias dispositivos acessíveis que facilitem a equidade na escola.

3. Espaço Físico acessível e acolhedor: Pensar o layout no espaço da sala de modo a garantir a livre circulação para estudantes, que tenha espaço para as cadeiras de rodas com sinalização adequada.

4. Ação Pedagógica Intencional e acessível: Propor atividades colaborativas ao realizar rodas de leitura, oficinas de contação de histórias e debates que estimulem a interação entre estudantes, promovendo a troca de experiências e o pensamento crítico.

Vale ressaltar nesse trabalho que não estamos falando apenas de um ambiente físico, de quatro paredes e de um acervo adequado, mas de um espaço projetado com uma ação pedagógica intencional, que vai além da simples disponibilidade de materiais. E que quando garantimos esse espaço delineado para a inclusão escolar, trazemos uma “Sala de Leitura Acessível”, que funciona como uma ferramenta social capaz de alcançar aqueles que, muitas vezes, ficam à

margem do sistema educacional.

Este espaço, visa trazer a contribuição da formação leitora dos estudantes, fornecendo livros e materiais alternativos para garantir a equidade, oferecendo a todos os estudantes a oportunidade de ir além de suas limitações e se tornar leitores críticos e autônomos, não é simplesmente uma biblioteca. Quando o objetivo deste espaço está apoiado na intenção de formar estudantes críticos e leitores, a verdadeira intencionalidade de ensinar, utilizando a acessibilidade pedagógica é muito significativa, pois nela, as práticas estão sendo pensadas para os estudantes, com propostas pedagógicas que leva em consideração o conhecimento prévio de cada estudante e buscando garantir que todos tenham acesso às mesmas oportunidades de aprendizagem.

Desta maneira, quando falamos em acessibilidade pedagógica não estamos diretamente nos restringindo somente aos materiais em diferentes formatos como audiolivros e textos digitais. É claro, que todos são de extrema importância, mas vamos um pouco além disso quando envolvemos também o uso criativo e adaptado de diversos recursos para atender às diferentes formas de aprendizagem dos estudantes. Isso significa, que pensamos a clientela que atendemos e também analisamos as melhores abordagens que tornem o conteúdo mais acessível e significativo para todos.

Se trabalharmos uma contação de história, por exemplo, o professor pode apresentar a narrativa com diversas propostas e utilizar diferentes materiais para engrandecer o entendimento. Uma vez que ele, por exemplo, comece a contar a história com um livro físico, mas também pode exibir a história por meio de slides, simultaneamente ou em momentos separados, desenhando o enredo ou até trazer outro texto que faça intertextualidade com o original. Se como exemplo for a história de "Chapeuzinho Vermelho", o professor pode usar essa narrativa clássica e também explorar versões diferenciadas como "Chapeuzinho Amarela" da autora Lúcia Hiratsuka ou "Chapeuzinhos Coloridos" da autora Cláudia Tavares, criando assim um elo entre as temáticas. Isso amplia as possibilidades de discussão, permitindo que os estudantes comparem diferentes versões, debatam pontos de vista e, mais importante, criar novas versões para a história, estimulando sua criatividade e pensamento crítico.

Além disso, a reflexão sobre a acessibilidade pedagógica também se destaca em propostas e estratégias que permitam aos estudantes vivenciarem e

analisarem a temática de maneira ativa. Em vez de apenas contar a história, o educador pode propor que os estudantes analisem juntos o enredo, os personagens e os contextos, dando voz a cada um para que compartilhem suas percepções e interpretações. Isso contribui para a valorização da opinião dos estudantes, promovendo um ambiente de aprendizado mais inclusivo e participativo.

Outro aspecto fundamental é a integração de outros componentes curriculares ao trabalho de leitura, como arte, ciências e geografia. Por exemplo, ao trabalhar com "Chapeuzinho Vermelho", o educador pode estimular os estudantes a explorarem a arte ao desenharem os personagens ou criarem novas ilustrações para a história. Pode também abordar aspectos de ciências, discutindo o habitat do lobo ou o ecossistema da floresta onde a história acontece, ou até mesmo introduzir questões de geografia, analisando o ambiente da história e como ela influencia a narrativa.

Então, o espaço de leitura torna-se mais do que a extensão de um currículo adequado àquela realidade escolar. Ele continua sendo um gerador de potencialidades daquele conteúdo. Uma vez que trabalhada em sala de leitura, com perspectivas diretas, com estratégias lúdicas personalizadas, tornando o processo de ensino-aprendizagem mais dinâmico e interativo, mais envolvente, com recursos de materiais variados, criando possibilidades para que os estudantes possam interagir com os conteúdos de maneira criativa, de maneira prática, contribuindo, inclusive, a fortalecer esse aprendizado e assegurar que todos aqueles que estiverem dentro daquele estabelecimento estejam incluídos em práticas inclusivas. Segundo Moran (2021), a educação deve ser um processo inclusivo, no qual todos os estudantes, independentemente de suas condições, possam acessar as práticas pedagógicas e os recursos literários, garantindo uma aprendizagem significativa e equitativa.

Quando debruçamos nossas reflexões para a verdadeira acessibilidade pedagógica, estamos diretamente analisando o que é essencial em um ambiente de ensino que respeite a diversidade dos estudantes, valorize seus saberes e ofereça oportunidades de desenvolvimento para que se tornem leitores críticos e criativos. Esse tipo de abordagem, focada na inclusão e no empoderamento dos estudantes, fortalece o processo educacional e torna o aprendizado mais significativo e equitativo.

A acessibilidade pedagógica envolve principalmente a atitude do educador,

pois é ele, com sua formação, que vai permitir a exploração de novas metodologias de ensino, aprendendo as diferentes necessidades de seus estudantes e usando de estratégias e artifícios metodológicos para promover o engajamento de toda a turma. Esse compromisso com acessibilidade e inclusão reflete o desejo do professor de construir um ambiente educacional onde o aluno tenha a oportunidade de aprender.

Portanto, a reflexão de Sala de Leitura Acessível não pode ser entendida como essas acessibilidades isoladas, elas necessitam umas das outras, para que juntas possam garantir o conhecimento de leitura a todos os estudantes, pensando em equidade e garantindo os direitos de todos.

Desse modo, podemos compreender que o mais belo espaço inclusivo, com estruturas arquitetônicas adequadas a todos os estudantes, com recursos tecnológicos, com estrutura em potencial para atender os estudantes PAEE e para demais estudantes, não garante a este estudante a aprendizagem, já que o espaço é adequado para receber os estudantes, mas não basta colocar este aluno para dentro deste espaço e fechar as portas, ele necessita de outras Intencionalidades, o que nos dá a possibilidade de aliar a acessibilidade arquitetônica com a acessibilidade pedagógica, uma vez que essa segunda sozinha, também não supre as necessidades do desenvolvimento do estudante.

Quando trazemos essas acessibilidades como referências mostramos que ambas estão interligadas, uma vez que uma necessite estar aliada a outra.

Nesse contexto, a mediação do educador torna-se fundamental para transformar a Sala de Leitura em um ambiente dinâmico e acolhedor, onde cada estudante possa se reconhecer e se engajar no universo literário. Para isso, é necessário adotar práticas pedagógicas que estimulem a curiosidade, incentivem a autonomia leitora e garantam que os materiais disponíveis dialoguem com as realidades e necessidades dos estudantes.

Outras práticas também precisam ser incorporadas junto aos propósitos do educador, como a acessibilidade literária. Os acervos e as estruturas metodológicas precisam ser pensados e adaptados a fim de atender os estudantes como um todo, pois, somente assim, compreenderemos a vitalidade desse espaço literário que certamente pulsa como o coração de uma escola viva e ativa.

6. A Sala de Leitura Acessível como ambiente de formação humana e inclusão

Ao pensar sobre a inclusão nos remetemos imediatamente ao enxergar a acessibilidade como um princípio essencial que deve estar inserido na nossa sociedade, em especial dentro das instituições de ensino, cujas barreiras são tão discrepantes. Nesta perspectiva, cabe analisar a acessibilidade como base para incluir não somente os espaços físicos, mas como o espaço de aprendizagem. A prática docente e suas propostas pedagógicas, bem como os sistemas de tecnologias da informação e comunicação necessitam estar de acordo com a garantia de equidade nos diversos potenciais escolares.

Vale reforçar que há uma grande lacuna entre a legislação que propõe a existência de espaços de leitura e a realidade nas escolas brasileiras que nos mostram as dificuldades reais para a inserção de espaços de leitura destinados aos sistemas educacionais que ampliam as condições de leitura adequado, e é essencial para proporcionar aos estudantes oportunidades de aprendizagem fora da sala de aula e para enriquecer de forma abrangente a sua formação educativa.

Neste capítulo, estaremos mostrando aos leitores o que de fato é a Sala de leitura acessível, dando os reverses deste espaço. Ao abordar a temática de trazer as contribuições de um ambiente acessível levaremos em consideração desde o planejamento até a implementação de medidas que garantam a igualdade de acesso a todos. Em detrimento de um espaço de leitura não acessível, há quem não se preocupa e exclui uma parte significativa dos estudantes, mesmo que isso impeça que pessoas com deficiência participem plenamente do processo de desenvolvimento social, cultural e cognitivo. Quando trazemos no texto o impacto do “não” garantir a acessibilidade, estamos indo além da simples dificuldade física ou digital, estamos abordando um resultado repleto de barreiras sociais e psicológicas que perpetuam a exclusão. Nos deparamos, muitas vezes, com espaços escolares que ainda não compreendem plenamente a importância da acessibilidade como um direito fundamental para garantir a cidadania de todos, sem distinções ou segregações. No entanto, não podemos atribuir toda a responsabilidade à escola. Embora ela seja um agente importante na promoção da inclusão, é preciso reconhecer que muitas vezes falta o apoio concreto e contínuo das políticas públicas.

A inclusão social tem se consagrado no mundo ocidental, especialmente a partir da década de 1980, como lema impulsionador de importantes movimentos sociais e ações políticas. Na Europa e nos Estados Unidos da América, já nos anos 1970, a inclusão social das pessoas com deficiência figurava entre os direitos sociais básicos expressos em importantes documentos legais e normativos. Gradativamente as sociedades democráticas vêm divulgando, discutindo e defendendo a inclusão como direito de todos em relação aos diversos espaços sociais (Mazzotta; 2011, p.378).

Começaremos falando sobre a acessibilidade que é uma ferramenta essencial para a inclusão, é indispensável para a escola inclusiva e precisa estar presente em muitos aspectos dela, o que nos garante na legislação os elementos que envolvem a prática docente e o contexto educativo.

Criamos um gráfico com levantamento dos pontos necessários a serem discutidos com base nas pesquisas e experiências da autora, a visão de uma escola que considere a acessibilidade em termos de garantir que todos os estudantes, independentemente de suas habilidades ou limitações, possam interagir com o conteúdo e os ambientes de maneira equitativa e uma outra visão que não se propõe a refletir sobre acessibilidade, frequentemente ignora-se a diversidade de necessidades e limitações dos indivíduos.

Levamos em consideração os critérios da ABNT, por meio da NBR 9050, que estabeleceu parâmetros técnicos visando garantir a acessibilidade de edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos, abrangendo aspectos como acessibilidade física, sinalização e circulação. Utilizamos também como base no estudo a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) assegura o direito à educação inclusiva e a sensibilização do Desenho Universal (DU) vinculado à legislação que correspondente buscam promover uma sociedade mais inclusiva, onde produtos, ambientes e serviços sejam acessíveis a todos, respeitando a diversidade humana e garantindo igualdade de oportunidades.

Aqui fica muito evidente as necessidades de incluir dentro das unidades escolares a perspectiva de um ambiente inclusivo, já que ele está junto à nossa reflexão garantindo os direitos dos estudantes num todo. Trataremos aqui de alguns critérios que irão distinguir entre o ambiente acessível e o ambiente não acessível no contexto escolar, em seguida as diferenças de uma sala de leitura acessível para a sala de leitura não acessível (Quadro 1).

Quadro 1 – critérios da definição de ambientes acessíveis ou não

Critério	Ambiente Acessível	Ambiente Não Acessível
Acessibilidade Física	Rampas de acesso, elevadores, portas largas, banheiros adaptados.	Escadas sem alternativas, portas estreitas, banheiros não adaptados
Espaço de Circulação	Corredores amplos, sem obstáculos, com sinalização tátil e visual.	Corredores apertados, com móveis ou obstáculos que dificultam o acesso.
Acessibilidade Digital (Web)	Site com design responsivo, com leitor de tela, contraste adequado, legendas e transcrições.	Site com design confuso, sem alternativas de leitura, imagens sem descrição e vídeos sem legendas.
Tecnologias Assistivas	Suporte a softwares e dispositivos como leitores de tela, teclados adaptados.	Falta de suporte para dispositivos assistivos e tecnologias de apoio.
Sinalização	Sinalização clara com ícones e textos em Braille ou linguagem simples.	Sinalização inadequada ou inexistente, difícil de interpretar.
Facilidade de Navegação	Fácil acesso e navegação, com menus simples e conteúdo organizado.	Navegação confusa e estrutura de informações desorganizada.
Comunicação Acessível	Oferecimento de tradutores de Libras, transcrição de áudio e outros recursos para deficiências auditivas ou de linguagem.	Falta de recursos de comunicação para pessoas com deficiência auditiva ou de fala.
Sensibilidade ao Design Universal	Acessibilidade considerada em todo o processo de planejamento e construção, integrando os princípios de design universal.	Acessibilidade negligenciada, com soluções improvisadas ou inexistentes.
Treinamento e Conscientização	Funcionários treinados para lidar com necessidades especiais de acesso e comunicação.	Falta de treinamento e conscientização sobre acessibilidade.

Fonte: autoria própria

Ao se tornarem espaços acessíveis, as salas de leitura podem desempenhar um papel crucial no fortalecimento da relação dos estudantes PAEE com a leitura, incentivando seu desenvolvimento acadêmico, autonomia e sentimento de

pertencimento. Para que isso aconteça, é essencial que esses ambientes sejam planejados de forma a atender às diferentes necessidades dos estudantes.

Um espaço acessível deve contar com mobiliários adequados, como mesas e cadeiras adaptadas, estantes com altura acessível, corredores amplos que possibilitem a circulação de cadeiras de rodas e sinalização visual e tátil. Além disso, o acervo da sala de leitura precisa garantir múltiplas possibilidades de compreensão e acesso à leitura, com audiolivros, materiais com recursos visuais ampliados, livros com linguagem simples, livros com símbolos (como o sistema PCS), e obras em formatos digitais que permitam a leitura com apoio de tecnologias assistivas.

Quando nos engajamos na reflexão sobre a construção de uma sociedade mais justa e acessível, é fundamental ir além do simples ato de incluir. Mais do que estar presente, é preciso garantir o acesso real e efetivo de todos os estudantes aos recursos educacionais e às oportunidades de aprendizagem, assegurando que cada um possa participar de forma plena, significativa e equitativa no processo educativo. Para Manzini (2005), a acessibilidade se sedimenta nos casos concretos, ou seja, no cotidiano do indivíduo, que podem ser observados e avaliados para que melhor possam ser empregadas as condições necessárias em cada caso, saindo da legislação para a realidade, refere-se a algo concreto.

Uma das interpretações que distingue acesso de acessibilidade é que o primeiro termo parece refletir um desejo de mudança e a busca a algum objetivo. Acesso parece significar o processo para atingir algo. O termo acesso significa a necessidade de luta para alcançar um objetivo. Parece estar também relacionado à questão da atitude em relação à exclusão. Já o termo acessibilidade parece refletir algo mais concreto, palpável. O conceito de acessibilidade se sedimenta em situações que podem ser vivenciadas nas condições concretas da vida cotidiana, ou seja, a acessibilidade parece ser algo que pode ser observado, implementado, medido, legislado e avaliado. Dessa forma, pode-se criar condições de acessibilidade para que as pessoas possam ter acesso a determinadas situações ou lugares. (p. 31-32).

Então, na perspectiva, o conceito de acessibilidade difere do conceito de acessível, o que traz concepções reflexivas no que se refere à educação inclusiva. Voltando a acessibilidade não apenas a aqueles com deficiência, mas a todos os que dependem de meios acessíveis para interagir, participar e integrar-se.

Ainda pensando numa tabela comparativa, criamos abaixo uma tabela com intencionalidades de sala de leitura tradicional e sala de leitura acessível, nela destacamos os pontos de contribuição e os obstáculos enfrentados. Cabe aqui a

relevância de relatar que todo espaço pensado para a leitura é de grande importância para a escola e conseqüentemente para o aluno, mas, o que viemos ressaltar é a grandeza do espaço de leitura acessível, aquele que pode sim, ser pensando para todos. O Quadro 2 foi criado com base em estudos e práticas do cotidiano da autora, mensurando os benefícios de um espaço de leitura inclusivo e a necessidade de implantação de Salas de leitura acessíveis em outras instituições de ensino.

Quadro 2 – Aspectos diferenciadores das Salas de Leitura

Aspecto	Sala de Leitura Tradicional	Sala de Leitura Acessível
Estrutura Física	Contribuição: Design clássico e organizado. Obstáculo: Pouca adaptação para pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida.	Contribuição: Espaço adaptado com rampas, mesas ajustáveis, e sinalização tátil. Obstáculo: Pode exigir maior investimento inicial.
Acervo	Contribuição: Grande variedade de livros tradicionais. Obstáculo: Pouca disponibilidade de materiais acessíveis, como audiolivros ou livros em braille.	Contribuição: Acervo diversificado, com opções em braille, audiolivros e formatos digitais. Obstáculo: Requer atualização constante para manter a acessibilidade.
Tecnologia Disponível	Contribuição: Equipamentos básicos, como computadores convencionais. Obstáculo: Falta de tecnologia assistiva, como leitores de tela.	Contribuição: Disponibilidade de leitores de tela, lupas eletrônicas, e de contribuições para deficientes visuais. Obstáculo: Demanda

maior manutenção e
capacitação técnica.

Ambiente	Contribuição: Ambiente tranquilo e organizado. Obstáculo: Pode ser pouco inclusivo para usuários com necessidades específicas de estímulo sensorial ou tranquilidade adicional.	Contribuição: Espaço pensado para atender a diferentes necessidades sensoriais (iluminação ajustável, redução de ruído). Obstáculo: Pode ser mais complexo para gerenciar.
Acessibilidade Pedagógica	Contribuição: Boa para usuários sem necessidades especiais. Obstáculo: Pouca adaptação em materiais didáticos e métodos de ensino.	Contribuição: Promove a inclusão, com materiais pedagógicos adaptados e metodologias inclusivas. Obstáculo: Exige maior capacitação dos educadores.
Interatividade	Contribuição: Programas tradicionais de incentivo à leitura, como contação de histórias. Obstáculo: Limita a participação de crianças com deficiência.	Contribuição: Atividades interativas inclusivas, que utilizam recursos como jogos acessíveis e realidade aumentada. Obstáculo: Demanda maior planejamento e recursos.

Fonte: Autoria Própria

A inclusão nas escolas vai além de simplesmente colocar os estudantes dentro das salas de aula. Para garantir uma inclusão eficaz é essencial que todos os estudantes tenham acesso equitativo a materiais educacionais, isso nos traz alguns questionamentos: Enquanto educador, como avalio os materiais propostos aos meus educandos? Quando penso no planejamento da minha turma, estou refletindo sobre quais as melhores condições de aprendizagem? Somos gestores do nosso espaço escolar inclusivo? Pensando em todos os educandos quando fornecemos materiais adequados à aprendizagem de forma acessível?

Inegavelmente o processo ensino-aprendizagem ou processo de aprendizado vem cada vez mais sofrendo profundas modificações para se adaptar e incluir as novas oportunidades e exigências da clientela educacional, o que antes era satisfatório, hoje vemos que não é bem assim. Nossas perspectivas de aprendizagem estão cada vez mais solicitando de nós, educadores, olhares diferenciados para envolver a aprendizagem, e certamente mais estudo e capacitações.

As inúmeras respostas para o que buscamos no processo de ensino-aprendizagem estão em nossa oferta, em nossa atenção e nas propostas pedagógicas que desenvolvemos no ambiente de sala de aula. Há, portanto, muitos desafios que encontramos ao procurar materiais adequados para nossos educandos. Novas possibilidades de ampliação de oportunidades também estão nas práticas pedagógicas que abordam a cultura maker, que estão discutindo a aprendizagem baseada em problemas, que exploram a gamificação, robótica, inteligência artificial, entre muitas outras possibilidades atuais. Indiscutivelmente quando não estamos oferecendo os recursos apropriados, comprometemos a qualidade do aprendizado e a capacidade de atender às necessidades específicas de cada aluno. A reflexão sobre essas perspectivas, nos faz encontrar meios para oferecer experiências educativas mais inclusivas e eficazes.

Materiais como livros em braile são fundamentais para estudantes cegos, se souberem braile, pois possibilitam o acesso ao conteúdo através do tato, permitindo que participem ativamente das atividades em sala de aula de maneira autônoma. Em contrapartida, os audiolivros são úteis para estudantes com problemas de leitura, problemas de visão ou outras restrições, oferecendo uma forma auditiva de assimilar o conteúdo. Para pessoas surdas, usuárias de libras, a utilização de recursos didáticos em Libras ou com legendas claras e exatas é essencial para o aprendizado, já que a comunicação visual é essencial para a compreensão. É fundamental compreender que os materiais diversificados não devem ser destinados exclusivamente aos estudantes com deficiência, mas sim oferecidos a todos os alunos como parte de uma proposta pedagógica inclusiva.

A NBR 15.599 traz a necessidade da criação de pelo menos quatro diferentes formatos de materiais para garantir a acessibilidade no ambiente de leitura: visual, auditivo, tátil e digital. O design visual, que deve ser impresso em papel, deve seguir normas específicas em relação ao tamanho das letras, tipo de letra, cores e contrastes, para assegurar a legibilidade e o bem-estar visual dos usuários. Também é indicado acrescentar a tradução em Libras, possibilitando aos educandos com deficiência auditiva que possam acessar o material. Estas diretrizes são fundamentais para fomentar a inclusão e satisfazer as necessidades de variados públicos no ambiente educacional.

A abordagem auditiva perpassa pela implementação de versões sonoras de materiais didáticos em sala de aula e espaços de leitura é uma abordagem fundamental para garantir que todos os estudantes possam obter informação com praticidade e sem dificuldade. Dessa forma, é considerado o recurso ideal para aqueles que possuem deficiência visual ou dificuldade de movimentação e comunicação ao manusear livros impressos.

Essas versões contêm narrações do conteúdo e podem ser reproduzidas em dispositivos como CD players, MP3 players e computadores, tornando-se prático e acessível para a aprendizagem. Para complementar a narração, os textos em áudio permitem que os estudantes estejam engajados no processo de leitura, conseguindo acompanhar o texto. Além do benefício associado à compreensão, proporcionamos uma experiência mais ampla e interativa ao possibilitar que os estudantes leiam simultaneamente ao ouvir o material.

No Brasil, entretanto, a leitura é frequentemente vista como uma atividade restrita a um grupo seleto devido à falta de bibliotecas e às políticas, principalmente, na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), inadequadas que vinculam a leitura à elite da sociedade. Esta visão contrasta com a visão de que a leitura é um direito fundamental de todos os cidadãos, independentemente da sua origem socioeconômica. Portanto, é de fundamental importância que haja investimentos na criação e manutenção de espaços de leitura, como salas de leitura nas escolas estaduais e municipais, para formar estudantes críticos e engajados na sociedade.

Ao considerar o incentivo à alfabetização em leitura e informação nas escolas, é importante avaliar o contexto das políticas públicas relevantes para o tema, bem como a infraestrutura existente na unidade de ensino para facilitar esta prática. Embora as ações do Ministério da Educação se proponham a formar leitores com o objetivo de preparar os estudantes para uma participação ativa na sociedade, é necessário problematizar até que ponto essas iniciativas, de fato, contemplam a diversidade dos sujeitos que compõem o ambiente escolar. Muitas dessas ações ainda são pensadas de forma genérica e padronizada, desconsiderando as especificidades regionais, culturais, linguísticas e principalmente as necessidades dos estudantes público-alvo da educação especial (PAEE). Formar leitores não pode ser uma ação isolada ou simbólica, exige políticas públicas estruturadas, recursos acessíveis, formação continuada de professores e espaços adequados.

O Ministério da Educação (MEC), em seu portal eletrônico, disponibiliza o documento intitulado Por uma política de formação de leitores (Brasil, 2006) com uma série de recomendações para que estados e municípios criem suas diretrizes de apoio às práticas de incentivo à leitura nas escolas:

A instituição de uma política de formação de leitores é condição básica para que o poder público possa atuar sobre a democratização das fontes de informação, sobre o fomento à leitura e à formação de estudantes e professores leitores. Além disso, ela se constitui, no contexto da sociedade brasileira, uma forma de reverter a tendência histórica de restrição do acesso aos livros e à leitura, como bem cultural privilegiado, a limitadas parcelas da população. É importante considerar também que uma política de formação de leitores oferece outra dimensão à atuação tanto ministerial como dos outros entes federados, com vista à superação de ações centradas apenas na distribuição de livros a bibliotecas e estudantes das escolas públicas do Ensino Fundamental (p. 9).

A qualidade da educação é um direito essencial, estreitamente ligado à cidadania, e não deve ser limitado por questões comerciais. A necessidade de estabelecer estratégias para a inserção e promoção da leitura é um dever do Estado e Municípios, mas somente quando com o reconhecimento de que a leitura for o transformador essencial na formação dos indivíduos é que de fato haverá democratização do acesso à informação, estímulo a prática da leitura e assim contribuindo para a formação de estudantes e professores como leitores críticos.

O incentivo à leitura e sua promoção devem ser compromissos do Estado e dos municípios, conforme estabelecido pela Lei nº 9.394/1996. No entanto, apenas quando a leitura for reconhecida como um instrumento fundamental na formação dos indivíduos será possível garantir a democratização do acesso à informação, estimulando a prática leitora e promovendo a formação de estudantes e professores críticos e reflexivos. Documentos como o PNLL e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069/1990, reforçam a importância de garantir o acesso à leitura como um direito fundamental, promovendo o desenvolvimento integral dos estudantes.

Quando as políticas públicas de leitura em todos os países emergem como ferramentas essenciais garantindo inserção no âmbito da bibliodiversidade, incentivando não apenas a leitura como ferramenta do pensar, mas também como grande ferramenta de inclusão e pertencimento social. Que deve ser vista como muito mais do que inserir estudantes em uma sala de aula. Ela precisa ser vista de forma a assegurar que cada estudante tenha acesso equitativo a todas as

oportunidades das Salas de leitura, valorizando, portanto, suas individualidades, seu pertencimento, sua cultura e sua identidade.

Uma sala de leitura acessível e inclusiva é uma ferramenta transformadora na educação, pois promove a formação e a criticidade, enriquecendo a cultura. Toda vez que se investe em ambientes que acolham as diferenças, contribuimos para uma educação brasileira pautada na diversidade, na transformação e no respeito aos cidadãos. Nessa perspectiva, a inclusão não é apenas um desafio, mas um processo que busca assegurar a distinção e o direito à educação de todos os estudantes. Ao ampliarmos o olhar para além do público-alvo da educação especial, reconhecemos que a necessidade por oportunidades equitativas de aprendizagem é uma realidade que atravessa toda a comunidade escolar.

Embora o foco recaia sobre os estudantes PAEE, a abordagem defendida neste estudo considera o conjunto de estudantes que necessitam de oportunidades equitativas de aprendizagem. Assim, é essencial refletir sobre as barreiras que impedem o desenvolvimento cognitivo dos estudantes e sobre os sistemas educacionais que devem contemplar a diversidade humana em todas as suas dimensões.

Ainda que estejamos refletindo sobre as contribuições das Salas de Leitura acessíveis para estudantes PAEE, é importante destacar que tais espaços também têm muito potencial para os demais estudantes da escola. Nesse sentido, o DUA surge como uma abordagem pedagógica que busca oferecer oportunidades educacionais para todos os estudantes, respeitando e atendendo às suas diferentes necessidades, habilidades e interesses. Segundo Vilaronga (2017), trata-se de uma nova proposta de currículo flexível e inclusivo desde sua concepção, eliminando barreiras à aprendizagem e à participação.

O DUA dialoga diretamente com os propósitos das Salas de Leitura acessíveis, pois não pressupõe um currículo fechado. Ele permite flexibilidade pedagógica e possibilita propostas diversificadas que asseguram o desenvolvimento cognitivo dos estudantes. Para Mendes (2006) a inclusão não é apenas um direito garantido, ao contrário é uma prática política, técnica e social que requer a eliminação de barreiras que impedem ao estudante com deficiência o pleno exercício da cidadania.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) reconhece que é fundamental o respeito à liberdade, à autonomia e à inclusão, requerendo a

eliminação dessas barreiras. Contudo, ainda é comum que tanto os estudantes PAEE quanto aqueles que não aprendem pela via convencional sejam excluídos do acesso igualitário à leitura. Políticas inclusivas nesse campo contribuem para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde todos tenham a oportunidade de se desenvolver plenamente.

E a eficácia das políticas públicas de leitura está diretamente ligada à sua implementação e execução de ações concretas, como a integração da leitura no ambiente escolar, o fortalecimento das bibliotecas escolares e a articulação de programas e projetos voltados para a promoção da leitura, são fundamentais para garantir que essas políticas alcancem seu objetivo de forma efetiva. Compreender os conceitos de leitura e formação de leitores na escola pública, o papel das bibliotecas escolares e a importância das políticas públicas de leitura como elementos-chave para o desenvolvimento educacional e cultural do país é essencial.

A necessidade de transformar o ambiente escolar em um espaço de leitura para todos é a concepção central deste projeto, que acredita no poder da leitura como agente de transformação social. Mais do que uma prática pedagógica, a leitura é compreendida aqui como uma ferramenta capaz de ampliar horizontes, promover a equidade e fortalecer a formação crítica dos estudantes, garantindo que todos tenham acesso ao conhecimento e à participação plena na vida em sociedade. Ainda que a leitura e a inclusão possam ser tratadas de forma isolada, é fundamental compreender que, quando ambas estão juntas, quem mais se beneficia é o estudante. Ainda que para algumas pessoas o discurso de que não cabe mais discussões a respeito de inclusão, no cotidiano das escolas brasileiras observamos a resistência a um pensamento que para incluir precisa estar “inerente em nós”. Assim, insistem em reproduzir práticas leitoras descontextualizadas e excludentes que aprovam aprendizagens limitadas a técnicas de decodificação de códigos, sem que haja o processo de compreensão e inferências.

Nestes espaços intencionais de leitura acessível, é necessário mais do que nunca que as unidades escolares reconsiderem seus materiais acessíveis também, não se pode restringir os formatos de leitura a um único modelo literário ignorando importante as necessidades diversas de todos os estudantes. Atualmente os profissionais de educação têm discutido amplamente como transformar a realidade da sua comunidade escolar e quando sente se fundamenta em convicções baseadas em estudos sólidos em estratégias coerentes em conhecimentos

emocionais e motivacionais. É possível, portanto, levar a leitura de uma forma mais significativa para dentro dessas escolas, com base em fundamentação e formação docente.

7- Guia de orientação para implantação de Salas de leitura acessíveis

O Guia de Orientação para Implantação de Salas de Leitura Acessíveis foi estruturado com base em uma revisão bibliográfica detalhada, aliando fundamentação teórica e orientações práticas para a construção de ambientes acessíveis. O guia foi elaborado em um formato de e-book, garantindo acessibilidade e flexibilidade no seu uso por educadores, gestores e demais profissionais da educação.

A estrutura do guia foi organizada desde os princípios teóricos da acessibilidade e inclusão até estratégias práticas de implementação. Essa organização foi fundamentada nos estudos revisados, que destacam a importância da acessibilidade pedagógica, arquitetônica e digital como elementos essenciais para a democratização do acesso à leitura.

A seleção dos conteúdos considerou as principais barreiras enfrentadas pelos estudantes PAEE e propôs soluções baseadas em boas práticas e referenciais acadêmicos.

Para garantir uma apresentação acessível, o guia foi desenvolvido utilizando o Canva, ferramenta que permite uma diagramação organizada e intuitiva. As imagens foram geradas por meio do Bing Image Creator, respeitando princípios de acessibilidade visual. Foram adotados critérios de legibilidade na escolha das fontes e na estruturação do material, garantindo que o conteúdo seja compreensível por diferentes públicos, incluindo pessoas com baixa visão ou dificuldades de leitura.

A metodologia adotada inclui uma abordagem dialógica e formativa, na qual cada seção do guia não apenas apresenta conceitos, mas também sugere reflexões e ações para os educadores. A proposta metodológica também prevê o uso de QR Codes com textos alternativos, permitindo o acesso a descrições detalhadas para usuários de leitores de tela.

O desenvolvimento do material foi embasado em pesquisas sobre acessibilidade e inclusão, evidenciando como a adaptação de salas de leitura pode contribuir para a equidade no acesso à literatura e ao conhecimento.

Destaca-se que o Guia não se encerra em si mesmo, mas se apresenta como um ponto de partida para novas pesquisas e aprimoramentos contínuos, sendo um instrumento de apoio na formação docente e no fortalecimento da educação inclusiva.

No contexto escolar, a inclusão é um tema de extrema relevância tanto do ponto de vista moral quanto educacional. Um dos fatores essenciais para promover essa inclusão é a formação do professor, que desempenha um papel central na criação de ambientes educacionais acessíveis e inclusivos. Cada vez mais, os educadores se encontram diante de uma diversidade de estudantes em suas salas de aula, o que demanda uma formação que incorpore princípios de acessibilidade e inclusão em suas práticas pedagógicas.

Este guia é fruto de uma experiência vivida, construída a partir das mudanças incorporadas no contexto de trabalho da autora. Ele nasce da união entre a teoria, os estudos e uma prática pedagógica aplicada de forma concreta no cotidiano escolar, mais especificamente na sala de leitura.

As transformações na prática surgiram como respostas aos questionamentos recorrentes sobre o acesso à leitura para todos os alunos da escola. A sala de leitura, enquanto espaço coletivo e pertencente a toda a comunidade escolar, precisa garantir, mais do que nunca, o direito à aprendizagem.

Ao pensar este guia, a proposta foi oferecer um material que permita aos educadores se enxergarem nesse espaço, se reconhecerem como parte dele, e, a partir disso, encontrarem caminhos e respostas que possam ressignificar suas próprias salas de leitura. Naturalmente, o processo envolve desafios que enfrentaremos no processo de mudança, inevitavelmente, mas os resultados são visíveis ao longo do ano letivo, tanto no envolvimento dos alunos quanto no fortalecimento da cultura leitora.

Defendemos que o ponto de partida está em idealizar a sala de leitura como um espaço pedagógico vivo: pensar o ambiente físico, o acervo disponível, as propostas de leitura e, ao mesmo tempo, reestruturar a própria prática pedagógica. É nesse movimento contínuo de reflexão e ação que este guia se insere: como instrumento de apoio, inspiração e construção conjunta.

É fundamental que os professores sejam capacitados para atender às necessidades variadas de seus estudantes, garantindo uma aprendizagem significativa para todos, independentemente de suas características individuais. Isso implica em reconhecer que a aprendizagem não se limita aos estudantes tidos como "típicos", mas sim, abrange uma gama diversificada de possibilidades, derrubando barreiras e promovendo um ambiente onde cada estudante possa desfrutar plenamente de seu direito à educação. É urgente que os sistemas educacionais

deixem de tratar a inclusão como um recurso destinado apenas a um grupo específico, e passem a adotá-la como um princípio estruturante da prática pedagógica.

Nesse sentido, a pesquisa desempenha um papel crucial. O projeto em questão traz um guia como ebook, 'como produto final da pesquisa. É o produto final de uma pesquisa desenvolvida no âmbito de um programa de mestrado. Ele é resultado de aprofundados estudos teóricos e análises sobre a acessibilidade pedagógica e a inclusão educacional. Esse guia não apenas sintetiza o conhecimento construído, mas também inaugura uma base sólida para novos estudos, que se desdobrarão em um programa de doutorado.

Está sendo estruturado em capítulos que abordam desde os fundamentos teóricos da acessibilidade nas salas de leitura até estratégias práticas para a promoção de uma educação inclusiva e equitativa. Cada capítulo foi pensado para oferecer aos educadores reflexões e ferramentas que os capacitem a transformar suas práticas pedagógicas e ambientes escolares. O guia trará, por base, os mesmos estudos dessa dissertação, com campos de formação e informação que envolvam o educador para uma prática pedagógica acessível na Sala de leitura.

Sua estruturação se dará a partir da introdução que trará a apresentação do objetivo do guia, a relevância do tema e um panorama sobre a importância da sala de leitura no contexto inclusivo. Seus capítulos serão organizados em propostas de resignificando a Sala de Leitura com reflexão sobre o papel desse espaço de emancipação e inclusão, destacando sua contribuição para o desenvolvimento humano e a cidadania. Também trataremos de abordar as dimensões de acessibilidade para Promover um Espaço de Leitura Inclusivo da acessibilidade Arquitetônica à Acessibilidade Pedagógica, explorando as diferentes formas de acessibilidade e como elas podem ser integradas para criar um espaço verdadeiramente inclusivo e transformador.

Faremos um momento que terá por base a abordagem prática sobre como planejar, organizar e implementar salas de leitura acessíveis que acolham e respeitem as necessidades de todos os estudantes, pensando em estratégias para a Promoção da Educação Inclusiva e Equitativa, apresentação de ações pedagógicas e políticas que podem ser adotadas para garantir que as salas de leitura se tornem ferramentas efetivas na promoção de uma educação inclusiva.

Este guia não encerra a pesquisa, mas marca o início de um ciclo de investigações continuadas e aprofundadas. A implementação das ideias apresentadas será acompanhada por novas análises e validações, especialmente no contexto de programas de doutorado. Assim, este guia é o primeiro de muitos produtos que essa linha de pesquisa deverá gerar, contribuindo para a transformação da educação inclusiva no Brasil e fornecendo uma base para práticas educacionais mais democráticas e acessíveis.

Trata-se de um ambiente virtual com propostas práticas para orientar os educadores na adaptação de salas de leitura acessíveis, mostrando o quão importante é a transição de espaços tradicionais para espaços intencionais acessíveis. A acessibilidade pedagógica é um dos maiores fatores destacados no guia, trazendo a reflexão e contribuições de autores que defendem a acessibilidade pedagógica como referência para uma educação transformadora.

Foi criado com a utilização do aplicativo Canva, que é uma plataforma gratuita de design gráfico que permite a criação de materiais educacionais acessíveis e visualmente organizados, sendo um fácil recurso de criação para educadores. Todas as imagens utilizadas no estudo foram geradas por meio do Bing Image Creator, uma ferramenta gratuita baseada em inteligência artificial que possibilita a produção de elementos visuais criados conforme os comandos que você envia de acordo com as necessidades do material.

A proposta do Guia é falar sobre acessibilidade trazendo um material que seja acessível com formatos de imagens e textos que buscam a legibilidade do conteúdo. Para isso, foram empregadas fontes limpas, claras e sem serifa, com uso de caixa alta para facilitar a leitura.

Outra proposta foi propor os recursos visuais otimizados para garantir uma melhor experiência a diferentes perfis de leitores, incluindo pessoas com dificuldades visuais. Como parte dessa estratégia, o material contém texto alternativo acessível via QR Code, permitindo que usuários de leitores de tela ou outros dispositivos assistivos possam obter a leitura do texto guia.

7.1 Estrutura do e-book

O e-book está organizado em seis capítulos que abordam a importância da ressignificação da sala de leitura para promover a inclusão, acessibilidade e cidadania. Cada capítulo detalha aspectos fundamentais para transformar esse espaço em um ambiente dinâmico e acolhedor para todos os estudantes, especialmente aqueles os considerados PAEE

Capítulo 1: O Papel do Professor na Construção de uma Sala de Leitura Acessível

- A leitura como ferramenta para ampliar horizontes.
- O professor como mediador da acessibilidade: estratégias para tornar a leitura mais inclusiva.
- Desafios e oportunidades: diagnóstico da realidade escolar e primeiros passos para a transformação.

Capítulo 2: Fundamentos da Acessibilidade na Sala de Leitura

- O que é acessibilidade educacional? Visão geral dos diferentes tipos de acessibilidade (arquitetônica, digital, pedagógica).
- Acessibilidade arquitetônica: como organizar o espaço físico para atender a todos os estudantes.
- Acessibilidade digital e tecnológica: uso de audiolivros, leitores de tela, QR Codes e outros recursos tecnológicos.
- Acessibilidade pedagógica: adaptação de materiais e estratégias de mediação inclusiva.
- Tabela Comparativa: Como era *versus* Como pode ser (Sala de Leitura Tradicional vs. Sala de Leitura Acessível).

Capítulo 3: Aplicando o Desenho Universal para Aprendizagem (DUA)

- O que é o DUA?

- Múltiplas formas de representação: recursos visuais, sonoros, digitais e táteis.
- Exemplos práticos para aplicação do DUA na sala de leitura.

Capítulo 4: Formação do Professor para a Mediação da Leitura Inclusiva

- Ferramentas para identificar barreiras na leitura.
- Adaptação de materiais didáticos. Exemplos práticos de como transformar um mesmo texto em formatos acessíveis.
- Uso de recursos interativos para incentivar a leitura em grupo.

Capítulo 5: Diversificação do Acervo e Organização da Sala

- Formas de adaptar um acervo existente. Estratégias para tornar os livros já disponíveis mais acessíveis.
 - Organização do espaço: disposição dos livros, sinalização tátil e interação com os materiais.
-

Capítulo 6: Plano de Ação para Professores

- Passo a passo para transformar a sala de leitura. Um roteiro para os professores iniciarem a mudança em suas escolas.
 - Como envolver a gestão escolar e a comunidade. Estratégias para mobilizar apoio.
-

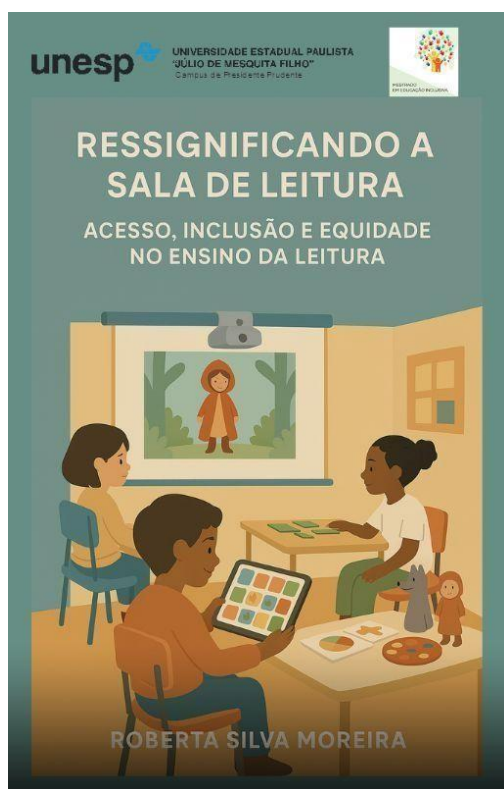
Conclusão: O Professor como Agente da Transformação

- Reflexão sobre o impacto da acessibilidade na educação.
- O papel do professor na construção de uma escola mais inclusiva.
- Compromisso contínuo com a formação e atualização.

7.2 - O Guia no Formato Visual

Descrição da Capa do e-book

A capa do eBook "Ressignificando a Sala de Leitura: Acesso, Inclusão e Equidade no Ensino da Leitura" apresenta uma ilustração estilizada e acolhedora de um ambiente educacional inclusivo. No centro da imagem, três crianças interagem de maneiras diferentes com a história de Chapeuzinho Vermelho: uma delas observa atentamente a projeção da personagem no quadro digital, outra manipula recursos pedagógicos como fantoches e jogos sobre a mesa, enquanto uma terceira utiliza um tablet com interface acessível, demonstrando o uso da tecnologia como facilitadora da aprendizagem. O ambiente é colorido, organizado e acolhedor, transmitindo a proposta de uma sala de leitura acessível e adaptada às necessidades de diferentes perfis de estudantes. Na parte superior da capa, aparecem os logotipos da UNESP e do Ministério da Educação, acompanhados do nome da autora, Roberta Silva Moreira, em destaque na parte inferior. A imagem transmite, de forma leve e clara, o compromisso com a inclusão, o acesso ao conhecimento e a equidade na formação leitora.



https://www.canva.com/design/DAGY1LIAUYo/G4_Z7UmOrrDaMztSzcYdcg/edit?utm_content=DAGY1LIAUYo&utm_campaign=designshare&utm_medium=link2&utm_source=sharebutton

Considerações finais

Nesta pesquisa abordamos muitos pontos relevantes e diante de todos os pontos levantados na pesquisa foi possível reafirmar que a leitura é um direito fundamental de todos os estudantes independentemente das suas limitações. Neste sentido, não deve se limitar apenas à disponibilização de materiais acessíveis, mas deve incluir estratégias pedagógicas eficazes que incentivem a participação ativa desses estudantes no processo de aprendizagem.

Constata-se, portanto, que a acessibilidade na leitura ainda enfrenta desafios significativos, tanto na disponibilização de recursos e espaços adequados quanto na formação de professores para atender à diversidade no contexto escolar. Foram encontrados materiais na literatura que dialogam com a acessibilidade, porém, ainda há uma escassez de estudos que articulem acessibilidade à literatura infantil nas salas de leitura e na avaliação das barreiras de acessibilidade. Ficou claro, que há a urgência de ampliar as pesquisas nesta área, incentivando reflexões e iniciativas que fortaleçam a inclusão e a formação docente nas Salas de Leitura.

Foram muitas pesquisas em livros, artigos, dissertações e teses, nem sempre homologadas diretamente ao tema, mas que foram desenvolvidas para fundamentar teoricamente as práticas desenvolvidas nesta pesquisa.

O interesse ultrapassou uma necessidade pessoal, de uma curiosidade e de uma busca por respostas apenas, ele reflete a necessidade de um compromisso com a construção de uma educação inclusiva e de qualidade no ambiente literário. Importante refletir que a Sala de Leitura não seja apenas um espaço físico, mas um ambiente que promova acessibilidade, acolhimento e pertencimento para todos os estudantes.

Este projeto nasceu dessa necessidade e do desejo de contribuir para o desenvolvimento das crianças, apoiar os professores e preparar a escola para acolher a diversidade. Os resultados dessas práticas mostram avanços no envolvimento e na aprendizagem dos estudantes.

A Sala de Leitura amplia seu papel e se torna um espaço de transformação. Além de estimular a leitura, fortalece o aprendizado e o desenvolvimento dos estudantes, tornando a experiência escolar mais rica e acessível. Essas práticas reforçam o compromisso com uma educação inclusiva e de qualidade, consolidando a Sala de Leitura como um espaço essencial para a formação dos estudantes.

Garantir que todos tenham acesso às oportunidades oferecidas é fundamental para respeitar e valorizar suas identidades, culturas e necessidades.

Acreditamos que com incentivo adequado às Salas de leitura continuem oportunizando o acesso equitativo, respeitando e valorizando suas identidades, culturas e necessidades individuais. Essa criação vai além de uma mera adaptação física, representa um compromisso com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, na qual todos têm oportunidades para desenvolver seu potencial intelectual e criativo.

Ressignificar a Sala de Leitura existente nas escolas de Educação Básica a partir dos estudos da acessibilidade nos direciona para a Sala de Leitura Acessível como espaço de resgate da cidadania e que promove o resgate dos estudantes com dificuldades, quebrando a invisibilidade. E se quando pensarmos numa educação equitativa devemos ir além do conceito de serviços especiais e colocar-se para a adaptação das escolas às necessidades especiais dos estudantes e também na promoção da educação com dignidade. Tendo as barreiras estruturais e educacionais agravadas pela falta de profissionais qualificados para trabalhar nestas áreas.

Esses desafios dificultam a transformação das salas de aula em espaços que promovam a participação ativa, a aceitação e a representação de todos os estudantes e o caminho para alcançar essa acessibilidade vai além das palavras e requer ação concreta. É importante trazer a necessidade de investimento, o que irá demandar de averiguação de legislação, programas do governo que incentivam a acessibilidade na educação e sugerir ações simples dentro da escola, como um orçamento para pequenas adaptações na sala de leitura.

Importante trazer a necessidade de os profissionais envolvidos nesse processo, como escritores, ilustradores e educadores, se disponibilizem a compreender os bloqueios decorrentes das barreiras que as crianças com diferentes necessidades enfrentam ao interagir com o material literário. Por isso, um acervo adequado trará maiores possibilidades de pensar a educação para todos.

Sobretudo é indiscutível que as políticas educacionais tenham a acessibilidade como princípio central, garantindo que todos os estudantes, incluindo aqueles com deficiência, tenham oportunidades reais de desenvolver autonomia e pensamento crítico por meio da leitura. A promoção de uma educação inclusiva transcende a mera oferta de materiais adaptados, exigindo a construção de um

ambiente escolar que valorize a diversidade e estimule o protagonismo dos estudantes.

Como produto final desta pesquisa, foi elaborado o "Guia de Orientação para Implantação de Salas de Leitura Acessíveis", estruturado a partir de uma revisão bibliográfica detalhada e fundamentado em diretrizes teóricas e práticas para a criação de espaços acessíveis. Desenvolvido no formato de eBook, o guia constitui uma ferramenta essencial para a formação de professores e para a implementação de ambientes verdadeiramente inclusivos nas instituições de ensino. Sua estrutura abrange desde conceitos teóricos sobre acessibilidade e inclusão até estratégias práticas de adaptação pedagógica, arquitetônica e digital, com base em boas práticas e referenciais acadêmicos.

O guia, proposta de produto final, traz uma apresentação acessível e funcional, foi produzido e foram adotados critérios rigorosos de legibilidade na escolha das fontes e na organização do conteúdo, garantindo a compreensão por diferentes públicos, incluindo pessoas com baixa visão ou dificuldades de leitura. Este guia não pretende oferecer respostas prontas, mas sim abrir caminhos, provocar reflexões e inspirar novas práticas na sala de leitura. Cada escola, cada turma e cada educador têm suas particularidades, e é nesse encontro entre o contexto real e o desejo de transformar que surgem as melhores soluções. Que este material possa contribuir para fortalecer o compromisso com a leitura como um direito de todos e para ressignificar o papel da sala de leitura como um espaço vivo, acolhedor e cheio de possibilidades.

Finalizo concluindo que este material contribui para a ampliação do debate sobre a relação entre acessibilidade e leitura, ressaltando a necessidade de investimentos contínuos em pesquisas, capacitação docente e políticas públicas que garantam o direito à leitura a todos os estudantes. Ao reconhecer a leitura como um instrumento essencial de transformação social, reforça-se a urgência de ações concretas para assegurar que nenhum estudante seja privado desse direito fundamental.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2004.
- BASTOS, C. L.; KELLER, V. Aprendendo a aprender. Petrópolis: Vozes, 1995.
- BATISTA, J. L. S. Organização e funcionamento do programa sala de leitura nas escolas da diretoria de ensino de Presidente Prudente. 2015. 97 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2015.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Conferência Mundial de Educação para Todos. Brasília: Gráfica do Senado, 1990.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. Lei n.º 12.244, de 24 de maio de 2010. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 25 maio 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm. Acesso em: 7 set. 2024.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961). Brasília: Gráfica do Senado, 1961.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Por uma política de formação de leitores. Brasília: MEC/SEB, 2006. Disponível em: http://www.cultura.al.gov.br/politicas-e-acoes/sistema-estadual-de-bibliotecas-publicas/leituras-recomendadas/100_por_politica_formacao_leitores_v1.pdf. Acesso em: 8 out. 2024.
- DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Plano de ação. Edição revisada. Brasília: Centro Gráfico do Senado, 1991.
- DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. Linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: CORDE/OREAL/UNESCO, 1994.
- DESENHO UNIVERSAL E DESENHO UNIVERSAL PARA APRENDIZAGEM: fundamentos, práticas e propostas para Educação Inclusiva. v. 1. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022.
- DIAS, L. F. As salas de leitura em territórios vulneráveis: das diretrizes oficiais às práticas escolares. 2018. 198 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, São Paulo, 2018. Acesso em: 6 fev. 2025.
- BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília: Centro Gráfico do Senado, 1991.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (Brasil). Ensaios pedagógicos: construindo escolas inclusivas. 1. ed. Brasília: MEC/SEESP, 2005.
- FULAS, T. A. O livro acessível a cegos e surdos: as políticas públicas e o mercado editorial. 2017. 167 f. Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.
- MENDES, E. G. Breve histórico da educação especial no Brasil. Revista Educación y Pedagogía, Medellín, v. 22, n. 57, p. 61-74, maio/ago. 2010.
- MENDES, E. G. Colaboração entre o ensino regular e especial: o caminho do desenvolvimento pessoal para inclusão escolar. In: MANZINI, E. J. (org.). Inclusão e acessibilidade. Marília: ABPEE, 2006. p. 29-41.
- MORAN, J. M. A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá. Campinas: Papirus, 2013.

NELSON, L. L. Design and deliver: planning and teaching using Universal Design for Learning. Baltimore: Paul H. Brookes Publishing Co., 2013.

NETO, A. O. S. et al. Educação inclusiva: uma escola para todos. Revista Educação Especial, Santa Maria, v. 31, n. 60, p. 81-92, 2018.

NUNES, C.; MADUREIRA, I. Desenho universal para a aprendizagem: construindo práticas pedagógicas inclusivas. Da Investigação às Práticas, v. 5, n. 2, p. 126-143, 2015.

REAL, D. C. "A vida", "O balão" e "O pássaro": análise de uma política de formação de leitores na perspectiva inclusiva. 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/11338/5411>. Acesso em: 12 fev. 2024.

RIBEIRO, N. P. Espaço e valorização da literatura na formação em serviço do professor dos anos iniciais do ensino fundamental. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Municipal de São Caetano do Sul, São Caetano do Sul, 2020. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10541742. Acesso em: 2 jan. 2025.

RICARDO, D. C.; SAÇO, L. F.; FERREIRA, E. L. O desenho universal na educação: novos olhares diante da inclusão do ser deficiente. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 12, n. esp. 2, p. 1524-1538, 2017.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Diretoria de Ensino – Região de Presidente Prudente. Funcionamento e organização das salas de leitura da Diretoria de Ensino de Presidente Prudente. Disponível em: <https://depresidentepudente.educacao.sp.gov.br/>. Acesso em: 5 mar. 2024.

SILVA, T. L. Sala de leitura nas escolas municipais de São Paulo: desafios pedagógicos. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação: Currículo) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/21419>. Acesso em: 14 ago. 2024.

SILVA, J. Desafios e perspectivas do acesso à leitura no Brasil. 2015. Disponível em: <https://www.revistadeducacao.com.br>. Acesso em: 7 nov. 2024.

SILVA, J. O livro acessível a cegos e surdos: as políticas públicas e o mercado editorial. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br>. Acesso em: 22 fev. 2024.

TOZATO, E. B. B.; GÓES, A. R. T.; SILVA, R. Caixa de sensações – Artes visuais na perspectiva do desenho universal para aprendizagem. Revista Intersaberes, Curitiba, v. 16, n. 37, p. 203-227, 2021.

ZERBATO, A. P. Desenho universal para aprendizagem na perspectiva da inclusão escolar: potencialidades e limites de uma formação colaborativa. 2018. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/9896>. Acesso em: 1 dez. 2023.

VILARONGA, C. Educação inclusiva e desenho universal para a aprendizagem. São Paulo: Cortez Editora, 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Assembleia Geral da ONU, 1948.

GLOSSÁRIO

Este glossário contém conceitos e termos técnicos utilizados neste manual, listados em ordem alfabética. Parte deles foi

transcrita diretamente de outros glossários, cujas fontes estão indicadas, entre parênteses, pelas seguintes siglas:

- NBR: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 2. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.
- DEC: BRASIL. Decreto-lei no. 5.296, de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis no 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e no 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, 2000. Disponível em: <<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/Acesso> em: 24 out. 2024.

• **Acessibilidade espacial:** possibilidade tanto de acessar a um lugar quanto de participar das atividades e fazer uso de seus equipamentos de maneira independente. A acessibilidade espacial contempla quatro componentes: orientação, comunicação, deslocamento e uso. (MP)

• **Barreiras:** ações ou elementos que impedem, reduzem ou limitam as possibilidades dos indivíduos de realizar atividades.

Podem ser atitudinais ou físico-espaciais. (MP)

Cruzamento: interseção de duas vias em nível.

(CTB)

Decreto: em sentido próprio e restrito, é ato administrativo da competência exclusiva dos chefes do Executivo, destinado a prover situações gerais ou individuais, abstratamente previstas ou de modo expresso, explícito ou implícito, pela legislação. O decreto é, comumente, normativo e geral, mas também pode ser específico e individual.

• **Deficiência:** perda, anomalia ou disfunção fisiológica que o indivíduo apresenta; pode ocorrer nos sistemas sensoriais, no sistema cognitivo e na estrutura

físico-orgânica. As deficiências podem ter origem congênita ou ser adquiridas durante a vida; algumas são temporárias e outras, permanentes. Deficiência não é sinônimo de incapacidade.

Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas. (ONU, Art. 1, 2006).

- **Desenho Universal:** concepção de projeto de ambientes e de produtos que concilia necessidades diversas e complexas, pois reconhece que as pessoas são naturalmente diferentes. Dessa forma, elimina-se a ideia de fazer “projetos especiais” ou “adaptações” para pessoas que possuem necessidades “não-usuais”. (MP)

- **DOSVOX:** sistema computacional que permite às pessoas com deficiência visual utilizarem os recursos do computador e o acesso à internet. Esse sistema operacional funciona através da leitura de tela e da sintetização da voz.

- **Faixa livre:** área do passeio, calçada, via ou rota destinada exclusivamente à circulação de pedestres. (NBR)

- **Impedimento:** é uma situação desvantajosa para determinado indivíduo, em consequência de uma deficiência ou

de uma incapacidade que limita ou impede o seu desempenho normal – em função de idade, sexo e fatores sociais e culturais. Ele ocorre em função da relação entre as pessoas incapacitadas e seu ambiente, ou seja, quando essas pessoas encontram barreiras culturais, físicas ou sociais que as impedem de ter acesso aos diversos sistemas da sociedade que estão à disposição dos cidadãos. O impedimento é, portanto, a perda ou a limitação das oportunidades de participar da vida da comunidade em igualdade de condições com os demais. (MC)

- **Lei:** no sentido jurídico, é a regra jurídica escrita, instituída pelo legislador, no cumprimento de um mandato, que lhe é outorgado pelo povo.

- Manual Acessibilidade v10.indd 114 17/08/2024

- **Norma Técnica:** é um documento normalmente emitido por órgão oficialmente reconhecido para tal; estabelece, por consequente, diretrizes e restrições à elaboração de uma atividade ou produto técnico. O órgão oficial para emissão

de normas técnicas, no Brasil, é a Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT. (MP)

- Pessoa com mobilidade reduzida: é aquela que, temporária ou permanentemente, tem limitada sua capacidade de relacionar-se com o meio e de utilizá-lo. Entende-se por pessoa com mobilidade reduzida a pessoa com deficiência, idosa, obesa, gestante, entre outros. (NBR 9050, 2004) Pessoa com mobilidade reduzida é aquela que, não se enquadrando no conceito de pessoa portadora de deficiência, tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentar-se, permanente ou temporariamente, gerando redução efetiva da mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção. (DEC)
- Restrição: dificuldade na realização de atividades, resultante da relação entre as características do meio ambiente e as condições dos indivíduos. (MP)
- Rota Acessível: trajeto contínuo, desobstruído e sinalizado, que conecta os ambientes externos ou internos de espaços e edificações, e que pode ser utilizado de forma autônoma e segura por todas as pessoas, inclusive aquelas com deficiência. A rota acessível externa pode incorporar estacionamentos, calçadas rebaixadas, faixas de travessia de pedestres, rampas, etc. A rota acessível interna pode agregar corredores, pisos, rampas, escadas, elevadores, etc. (NBR).
- Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. (COMITÊ DE AJUDAS TÉCNICAS).

Para acesso às plataformas utilizadas, seguem os links:

- Canva: <https://www.canva.com/>
- Bing Image Creator: <https://www.bing.com/create>

ANEXO - EVIDÊNCIAS: registro em fotos das práticas de leitura acessíveis



